

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

BEATRIZ DUTRA DA COSTA - RA00289172

As Possíveis Implicações da Adesão dos Novos Membros ao BRICS: Possibilidades e
Desafios em Face às Transformações na Ordem Internacional Contemporânea

SÃO PAULO / SP

2024

BEATRIZ DUTRA DA COSTA

As Possíveis Implicações da Adesão dos Novos Membros ao BRICS: Possibilidades e
Desafios em Face às Transformações na Ordem Internacional Contemporânea

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais. Orientador: Laerte Apolinário Júnior.

SÃO PAULO / SP

2024

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer minha mãe Marta, que acreditou que eu seria capaz de passar no PROUNI desde que me inscrevi no processo seletivo, que não me desamparou durante esses quatro anos de curso e que sempre compartilhou sua experiência de luta para concluir a sua faculdade por meio do FIES, para que eu pudesse me inspirar todos os dias e jamais pensar em desistir.

Quero agradecer também a Deus, por ter me mostrado o curso de Relações Internacionais e me aberto caminhos para chegar até ele, de uma forma que pudesse estudar sem custos e em uma faculdade boa.

Agradeço também aos meus colegas de faculdade, que compartilharam seus conhecimentos e abraçaram essa jornada junto comigo, sempre com comprometimento e leveza.

Por último e não menos importante, ao meu namorado que me ajudou a escolher o tema do TCC e me apoiou, lendo todos os novos parágrafos que escrevi e me aconselhando de como seguir.

RESUMO

Esse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo analisar os possíveis desafios e consequências da adesão dos novos membros do BRICS - Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Egito, Etiópia e Irã - anunciados em agosto de 2023, na XV Cúpula dos BRICS em Joanesburgo na África do Sul. Primeiro, a fim de atingir tal objetivo, é traçada uma linearidade no que diz respeito à construção do bloco, perpassando pelas principais ações do grupo no âmbito internacional, como a busca por reformas nas instituições financeiras internacionais e a criação do próprio banco, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD). Na sequência, é realizada uma análise sobre as características políticas e econômicas dos novos cinco países, a fim de se compreender os perfis que agora fazem parte de um dos mais proeminentes blocos internacionais, como suas fraquezas e pontos fortes. Por fim, são analisadas as oportunidades e os desafios dessa expansão de maneira mais profunda, realizando um balanço interno sobre a influência da China nas recentes mudanças do BRICS e a preocupação dos membros originais- África do Sul, Brasil, Índia e Rússia- sobre uma potencial dissolução de seus respectivos poderes, além de uma análise externa do que esperar do grupo de 2024 em diante, considerando os olhos atentos e críticos do Norte Global e os esperançosos do Sul Global perante reformas na ordem internacional vigente.

Palavras-Chave: Análise Interna. Análise Externa. BRICS. Expansão. Novos Membros.

ABSTRACT

This Final Paper aims to analyze the possible challenges and consequences of joining the new BRICS members - Saudi Arabia, United Arab Emirates, Egypt, Ethiopia and Iran - announced in August 2023, at the XV BRICS Summit in Johannesburg, South Africa. First, to achieve this objective, a linearity is outlined regarding the construction of the bloc, going through the group's main actions at the international level, such as the search for reforms in international financial institutions and the creation of the own bank, the New Development Bank (NBD). Next, an analysis is carried out on the political and economic characteristics of the new five countries, in order to understand the profiles that are now part of one of the most prominent international blocs, as well as their weaknesses and strengths. Finally, the opportunities and challenges of this expansion are presented in a more in-depth way, carrying out an internal assessment of China's influence on the recent changes in the BRICS and the concerns of the original members - South Africa, Brazil, India and Russia - about a potential dissolution of their respective powers, in addition to an external analysis of what to expect from the group from 2024 onwards, considering the attentive and critical eyes of the Global North and the hopeful eyes of the Global South regarding reforms in the current international order.

Keywords: Internal Analysis. External Analysis. BRICS. Expansion. New Members.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-	Análise do Nível Democrático do BRICS conforme Polity IV.....	20
Figura 2-	Produto Interno Bruto dos Novos Membros.....	24
Figura 3-	Contribuição das Atividades Econômicas no PIB (2023)	25
Figura 4-	Contribuição das Atividades Econômicas no PIB (2022)	26
Figura 5-	Contribuição das Atividades Econômicas no PIB (2020/2021)	27

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIIB	Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura
FMI	Fundo Monetário Internacional
FLPT	Frente de Libertação do Povo Tigré
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
NBD	Novo Banco de Desenvolvimento
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização Mundial das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PIB	Produto Interno Bruto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 BRICS: TRAJETÓRIA E RELEVÂNCIA INTERNACIONAL	12
1.1 Histórico do BRICS	13
1.2 Reformas Internacionais e o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD)	15
2 A EXPANSÃO DO BRICS EM 2024.....	18
2.1 Perspectiva Política.....	19
2.2 Perspectiva Econômica.....	23
3 ANÁLISE APÓS EXPANSÃO	29
3.1 Vantagens e Desvantagens	29
3.2 Análise Interna: Uma Vitória Chinesa?	31
3.3 Análise Externa: Uma Nova Ordem Mundial?	34
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

INTRODUÇÃO

Em 2001, o economista Jim O’Neill criou, a partir do estudo intitulado “Building Better Global Economic BRICs”, o termo “BRIC”: Brasil, Rússia, Índia e China, como futuras economias e influências em potencial no espaço global. Foi apenas em 2006 que os chanceleres dos respectivos estados se reuniram, de maneira informal, para discutir a criação do bloco, levando assim, em 2009, à primeira reunião da Cúpula dos BRIC. Em 2011, a África do Sul aderiu à entidade político-diplomática, trazendo mais diversidade à Cooperação Sul-Sul.

Em seu documento sobre os BRICs (2001), O’Neill estabelece que mesmo o crescimento do possível bloco ser liderado pela potência emergente chinesa, os outros três países demonstraram resultados positivos de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e do que ele denomina de “Purchasing Power Parity” (PPP), uma vez comparados às potências do G7. Nesse sentido, o economista ressalta já nessa época, a necessidade de se rever as bases globais de cooperação para maiores representatividades desses países em ascensão: *“Whether you look at the future either in current US\$ or PPP terms, relative positions of key countries in the world economy are changing”*¹ (NEILL, 2001, p.6).

Desde o início, o objetivo do bloco era evidenciar a importância dos países do Sul Global na economia e na geopolítica mundial, o que vem sendo discutido nas cúpulas anuais entre os membros desde 2009. Ou seja, apesar de não obterem um tratado específico de cooperação, os membros firmam parcerias em diversas áreas: tecnologia, sustentabilidade, segurança, infraestrutura e comércio. A convergência sempre existiu sobre a necessidade de adaptação das Instituições Internacionais -em especial as financeiras como FMI e Banco Mundial- sobre a nova disposição do poder mundial, além também da necessidade de adequação de como os países em desenvolvimento são vistos e tratados nas relações internacionais, gerando assim um contraponto à predominância de países do Norte Global na configuração de tomada de decisões.

À exemplo de tal convergência, no site da própria instituição “BRICS 2023”, há os “Três Pilares da Cooperação”: Cooperação Política e de Segurança, Cooperação Financeira e Econômica e Cooperação Cultural e Interpessoal. A primeira é colocada como a “espinha dorsal” do bloco, tendo como metodologia reuniões anuais para debater temas como seguranças e paz por meio de encontros entre conselheiros e Ministros das Relações Exteriores, além de colocarem que: “Uma ONU reformada está no centro de uma visão compartilhada dos BRICS de

¹ “Se você olhar para o futuro, seja em termos atuais de US\$ ou PPC, as posições relativas de países-chave na economia mundial estão mudando” (NEILL, 2001, p.6, tradução nossa).

uma arquitetura política, económica e financeira global reestruturada que reflete o mundo contemporâneo e é mais equitativa, equilibrada e representativa” (BRICS, 2023).

Já o segundo tipo de cooperação, tendo o mesmo mecanismo de funcionamento por meio de reuniões anuais de representantes da economia, comércio, tecnologia e agricultura, almejam “[...] oportunidades de acesso ao mercado e para facilitar as interligações de mercado, promover o comércio e o investimento mútuos, criar um ambiente favorável aos negócios e diversificar o comércio e o investimento. cooperação que apoia a adição de valor” (BRICS, 2023). Como ator impulsionador de tal cooperação, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) opera para proporcionar mais infraestrutura e desenvolvimento aos países emergentes.

Como último pilar, a cooperação cultural e interpessoal promove “[...] intercâmbios artísticos, cinematográficos e culturais; o Festival de Cinema do BRICS; eventos culturais do BRICS; Jogos BRICS; [...] recuperação do sector do turismo; mais oportunidades para empresários, investigadores e estudantes; o empoderamento das mulheres” (BRICS, 2023), entre outros fatores essenciais. Como ponto de destaque, o site traz o “Acordo de Cooperação de Satélites de Sensoriamento Remoto do BRICS”, uma colaboração para “[...] construir uma constelação virtual de satélites de detecção remota, como um mecanismo de partilha de dados, composta por satélites existentes contribuídos pelas agências espaciais do BRICS” (BRICS, 2023).

Seguindo nesta linha voltada para o crescimento e desenvolvimento, na XV Cúpula dos BRICS em Joanesburgo, na África do Sul, foram anunciados mais seis países para integrarem o grupo, sendo que deste seis, cinco passaram a fazer parte oficialmente em janeiro de 2024. Como caráter de exceção dos demais que foram integrados- Irã, Arábia Saudita, Emirados Árabes, Egito e Etiópia- a Argentina decidiu dispensar o convite logo quando Javier Milei assumiu o governo, em dezembro de 2023.

Segundo Milei, o momento não era “oportuno” para o país (AGÊNCIA BRASIL, 2023). Contudo, o presidente anterior, que participou da cúpula, estava alinhado aos objetivos do bloco e considerava que o país poderia contribuir com a causa: “[...] o então presidente Fernández afirmou que a Argentina se propunha fazer parte do Brics porque o difícil contexto internacional conferia ao bloco uma relevância singular e o constituía como uma importante referência geopolítica e financeira” (AGÊNCIA BRASIL, 2023).

Nesse sentido, compreendendo os principais pontos estruturais que guiam o bloco, como também as recentes mudanças que escancaram uma certa incerteza dos próximos passos dos países do BRICS, esse trabalho tem como principal objetivo elucidar as consequências que os novos membros podem trazer à organização. Tais consequências são analisadas internamente-

com foco no poder de influência da China- e externamente, examinando como será o comportamento do bloco de 2024 em diante perante a ordem internacional vigente. Tendo este objetivo em mente, este trabalho se divide em três capítulos centrais para debater desde a formação do bloco, até sua atual expansão, passando por diferentes pontos de vista sobre possíveis dificuldades que o BRICS irá enfrentar.

Dito isso, o primeiro capítulo tem enfoque maior na evolução das pautas e atuação internacional do BRICS ao longo dos anos, perpassando por decisões importantes em instituições internacionais, como a criação do próprio banco. No segundo capítulo, a intenção é trazer as percepções sobre os novos países-membros, ou seja, como está sendo encarado a adesão dos 5 países, além de um estudo breve sobre a política e economia de cada um dos cinco novos membros.

Por último, no capítulo três, será abordado a partir de uma perspectiva crítica o ingresso dos novos cinco membros. A análise consiste em identificar as oportunidades e desafios após a expansão do BRICS, tanto no plano interno quanto no plano externo. Assim, pretende-se realizar um diagnóstico interno sobre a influência da China no grupo que impulsionou a expansão; além de verificar como aumento do poder do bloco nas instituições internacionais- reflexo do seu poder econômico- podem gerar uma “nova ordem mundial”, com destaque para os desejos dos países do Sul Global e a decadência de uma dependência do Norte Global.

1 BRICS: TRAJETÓRIA E RELEVÂNCIA INTERNACIONAL

Os países do bloco buscaram revolucionar as estruturas tradicionais ao proporem reformas e maior representatividade nos organismos internacionais, além de evidenciarem os feitos econômicos dos países, como afirmam Alejandra Cabello, Edgar Ortiz e Miriam Sosa em “Creciente importancia de los BRICS en la gobernanza financiera y economía globales” (2021). Isso porque, no tocante ao último ponto, juntos os BRICS representavam em 2021, aproximadamente 22% do PIB, 42% da população e 30% do território global (CABELLO et al, 20217). Com a reconfiguração anunciada em agosto de 2023, na última cúpula do bloco na África do Sul, agora a entidade comporta mais 5 membros oficiais: Irã, Arábia Saudita, Emirados Árabes, Egito e Etiópia. Isso significa que, a partir de agora, os BRICS representam cerca de 36% do PIB e 46% da população mundial, conforme o jornal CNN Brasil.

De 2000 a 2018, os BRICS passaram a simbolizar 40% das exportações e 13% das importações mundiais (CABELLO et. al, 2021), enquanto as negociações de ações cresceram 233% em comparação aos 10% dos países desenvolvidos, num período de 12 anos. Só em 2018 o bloco chegou a representar 75% das ações em mercados emergentes (CABELLO et. al, 2021), e agora com os novos membros, esses números tendem a aumentar. De acordo com Cabello et al (2021), é importante salientar a discrepância de responsabilidade entre os integrantes do grupo perante as importações mundiais, pois, grande parte se deve à China e sua esfera externa, enquanto a África do Sul representa a menor porcentagem, fato intrínseco à dependência das exportações de barris de petróleo.

Os autores complementam a participação de cada um dos membros a fim de demonstrar as fragilidades e forças. O Brasil é o segundo com maior PIB do bloco, contudo, o mais endividado; Rússia é o país com mais fragilidade institucional, entretanto, com altos índices de exportação; Índia apresenta o menor IDH e PIB, porém, com recentes avanços no campo de Inovação Tecnológica; China tem o segundo menor déficit do grupo, contudo, fica em terceiro em IDH. Por último, a África do Sul é exposta a fim de indicar a sua participação pouco significativa no bloco- aproximadamente de 3%-, além dos resultados negativos que vem apresentando, como as altas taxas de desemprego, desigualdade e instabilidade política, sendo assim, um membro de grande assimetria frente aos demais.

Sobre os novos cinco membros, três fazem parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP): Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Irã, sendo os dois primeiros caracterizados por serem um regime de governo monárquico. De acordo com o jornal G1, Arábia Saudita é o maior exportador de petróleo do mundo; os Emirados Árabes Unidos é

o 6º mundial de petróleo cru; Irã obtém a maior reserva de gás natural mundial; Egito é marcado por ser um país de boas relações e negociações diplomáticas. Por fim, Etiópia, destoando um pouco dos novos membros, está entre os países mais pobres do mundo, vivendo especialmente da agropecuária.

1.1 Histórico do BRICS

É importante, primeiro, traçar o caminho que o bloco percorreu para chegar na configuração de 2023. Para isso, Klei Medeiros em “Compreendendo o grupo BRICS na sua trajetória: condições sistêmicas e composição de interesses” (2021), estabelece três grandes marcos temporais do grupo. O primeiro é de 2006-2010, no qual a agenda do BRICS se alinhou especialmente nos âmbitos econômicos e do desenvolvimento, impulsionado pelo destaque que tiveram durante a crise mundial de 2008, levando à primeira cúpula do grupo em 2009.

Foram a partir dos encontros informais dos chanceleres dos quatro países que, em 2008, declararam abertamente, por meio de um Arranjo, a convergência na “multipolaridade e da adaptação das instituições internacionais à nova distribuição global de poder” (MEDEIROS, 2021, p.62). Isso só ocorreu, conforme o autor, devido à insistência e interesse dos chanceleres brasileiro (Celso Amorim) e russo (Sergey Lavrov), pois, o Brasil buscava destaque internacional para alcançar a cadeira no Conselho de Segurança da ONU, enquanto a Rússia apostava que a associação com o BRICS traria mais poder militar e político. Com a Governança Global em reestruturação devido à forte crise e o enfraquecimento dos Estados Unidos, os objetivos do BRICS se consolidaram.

Em um momento marcado pela perda de legitimidade dos EUA, após anos de intervenções unilaterais no Oriente Médio, as manifestações de apoio ao multilateralismo, à não-intervenção, ao respeito à soberania e à atuação da ONU em questões securitárias, por parte do BRICs, eram uma maneira de demonstrar insatisfação com a forma como o hegêmona vinha conduzindo a ordem global (MEDEIROS, 2021, p.75).

Nesse Arranjo, os quatro chanceleres propuseram então, três focos centrais: evidenciar a importância da mudança na governança internacional, ajudar nos desafios mundiais e destacar a importância do BRICS (MEDEIROS 2021). Na Primeira Cúpula do BRICS em Ecatimburgo (2009), na Rússia, foi que tais pilares tomaram uma faceta institucional, onde os diferentes ministros dos países passaram a debater temáticas de forma mais próxima, tanto nas questões sobre política e economia, como também de segurança. Nesse primeiro momento, o descontentamento especialmente da Rússia, China e Brasil com relação às instituições

financeiras e a necessidade de reformas já era nítido e discutido. De modo geral, a declaração final da 1º Cúpula destacou, no espectro do desenvolvimento:

[...] a defesa de uma agenda de desenvolvimento abrangente e equilibrada no âmbito da Rodada Doha da OMC (item 5 da declaração), a necessidade de atenção aos países mais pobres atingidos pela crise, a garantia da segurança alimentar global e a exigência de que os países desenvolvidos comprometessem pelo menos 0,7% da renda nacional bruta para ajudar os países em desenvolvimento (itens 6 e 10). Ressaltou-se o compromisso com o desenvolvimento sustentável e com a mudança do paradigma de desenvolvimento econômico (itens 7 e 9); a necessidade de maiores investimentos em infraestrutura energética e em diversificação de recursos e fontes de energia (item 8) e; maior cooperação em ciência, tecnologia e educação entre os membros (item 11) (MEDEIROS, 2021, p.115).

O segundo marco temporal seria de 2011-2014, destacando a ampliação no campo de cooperação e a adesão da África do Sul. A Segunda Cúpula dos BRICS, em Brasília (2010), deu início na diversificação da cooperação, pois, como estabelece Medeiros, a ótica se estabeleceu em acontecimentos específicos, como a crise no Haiti até debates sobre agricultura familiar, combate à pobreza extrema, defesa do uso de energias limpas, combate ao terrorismo seguindo as normas estabelecidas pelas Nações Unidas, e claro, defesa de maior atuação e destaque do bloco no Banco Mundial e FMI. No que tange a cooperação financeira, tal coordenação levou a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e a Reforma do FMI, que serão discutidos mais adiante.

Quanto à adesão da África do Sul, tal acontecimento se deu efetivamente na Cúpula de Sanya, na China, em 2011. O convite foi impulsionado pelos interesses do BRICS em afunilar suas relações com o continente africano e a forte atuação diplomática da África do Sul, especialmente pelo seu pioneirismo político no continente. A exemplo, a criação da “União Aduaneira da África Austral” e a “Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano”, como também política de superação do Apartheid entre 1980-1990, estabelecendo-se como um país oficialmente democrático (MEDEIROS, 2021). A África do Sul buscava estabelecer laços com cada um dos membros do BRICS, separadamente, ao longo da última década.

[...] a África do Sul já havia conquistado um espaço proeminente em negociações comerciais e em questões relativas ao desenvolvimento econômico e social, demonstrando a capacidade de representar o interesse de diversos países do Sul. O contato diplomático com a Índia e o Brasil, com a fundação do IBAS, em 2003, só acrescentava nesse sentido. A África do Sul também fez parte do Outreach-5 (O-5) do G-8 - junto com China, Índia, Brasil e México - e do BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) nas negociações para governança do clima, desde a conferência de Bali, em 2007 (MEDEIROS, 2021, p.115).

O último marco temporal é 2014-2020, salientando as mudanças de interesses do bloco. O desalinhamento de interesses nesse período diz respeito às mudanças nas políticas externas

dos respectivos países, sobretudo com a mudança de governo no Brasil, África do Sul e Índia. No Brasil, o mandato de Michel Temer e a eleição de Jair Bolsonaro em seguida, acabaram por descontinuar o engajamento brasileiro, pois, destinava-se poucos recursos ao Novo Banco de Desenvolvimento do bloco, além de um alinhamento maior com a Europa, Estados Unidos (Donald Trump) e a tentativa de adentrar na Organização Mundial do Comércio, o que acabou afastando o Brasil de seus objetivos como BRICS.

A Índia, quando Narendra Modi, ligado à direita indiana, assume o cargo de primeiro-ministro, há um conflito em administrar seus interesses regionais e como membro do grupo de cooperação Sul-Sul. Por um lado, a Índia tinha apoio estadunidense para se tornar membro do Conselho de Segurança e potencializar seu programa nuclear, enquanto por outro, China e Rússia aparentavam frear tais avanços indianos. Não só isso, Narendra adotou um posicionamento mais rígido com a China por questões fronteiriças no que envolvia a Nova Rota da Seda, levando ao quase boicote à Cúpula de 2017, em Xiamen, na China.

Por último, na África do Sul, durante tal período, Jacob Zuma renuncia e assume Cyril Ramaphosa. O novo presidente apresenta um caráter muito mais neoliberal, o que reorienta seu governo a utilizar os BRICS como uma “plataforma de captação de recursos” (MEDEIROS, 2021, p.209), com a finalidade de se recuperar da recente crise econômica vivida no país. Apesar do alinhamento ao bloco se manter, como um forte alinhamento com a China, o que muda é o entusiasmo. Conforme Medeiros, durante o governo de Zuma houve uma forte atuação para integrar os BRICS ao continente africano, além de uma atuação financeira mais igualitária no NBD, comparado à grandes economias como a chinesa.

Tais acontecimentos impulsionaram ainda mais o protagonismo da China no bloco, entretanto, o posicionamento da Índia foi essencial, de acordo com o escritor, para trazer mais harmonia ao grupo. “Se por um lado os aspectos econômicos do grupo são cada vez mais valorizados, [...] as questões geopolíticas custam em avançar, em função de divergências e disputas entre preferências e estratégias de política externa” (MEDEIROS, 2021, p.212).

1.2 Reformas Internacionais e o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD)

Retomando as ideias de Alejandra Cabello, Edgar Ortiz e Miriam Sosa, temos que, mesmo com as significativas atuações no âmbito internacional, “[...] estas mudanças não se traduziram num aumento do seu poder político a nível global, razão pela qual um dos principais objetivos do bloco é aumentar a sua presença política [...]” (CABELLO et. al, 2021, p.15). Tal presença política foi sendo conquistada gradativamente, em especial por dois acontecimentos:

a reforma no sistema de votação e cotas do Fundo Monetário Internacional (2010) e a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (2014).

Nesse sentido, Elen de Paula Bueno em sua tese de doutorado intitulada “BRICS e as Reformas das instituições Internacionais” (2018), traça como as reformas como no FMI e Banco Mundial tiveram grande peso dos países do bloco, fruto da crise internacional de 2008. Reforça também a relevância da criação do NBD, que acentua “[...] a confiança dos agentes econômicos e financeiros na solidez da economia dos BRICS e mitiga riscos de contágio resultantes de eventuais choques econômicos” (BUENO, 2018, p.226).

Apesar de tal impulso reformista das instituições de Bretton Woods ter se concretizado numa reunião da cúpula do bloco em Brasília em 2010, a fim de se corrigir a então discrepância de representatividade no que tange aos países do Sul global, foi a partir de 2006 que se registrou os primeiros debates para a formulação de propostas. Conforme a autora, antes da reforma ser elaborada, os BRICS representavam apenas 10% das cotas do FMI, sendo que na realidade, só a China sozinha no mesmo período possuía 12.4% do PIB mundial. Essa disparidade fez com que o país exigisse em Washington, durante a cúpula do G20 em 2008, “uma ampla reforma que contemple de maneira balanceada os interesses de todas as partes” (BUENO, 2018, p.208).

Trazendo novamente Medeiros, tal mudança de cotas no FMI foi muito obstruída por países europeus, que tinham mais a perder com a reforma da instituição, mesmo que os países em desenvolvimento apresentassem taxas de crescimento muito mais expressivas do que os países desenvolvidos, e logo, incompatível com o poder de voto que obtinham. As negociações só finalizaram em 2010, durante a Cúpula de Seul, garantindo ganho de 2,6% pontos aos países em desenvolvimento e 3,3% aos BRICS, no qual, Brasil e China teriam mais benefícios: “[...] a China passaria o seu poder de voto de 3,65 para 6,07 e o Brasil de 1,37 para 2,22. Todos do BRICS, exceto a África do Sul, passariam a figurar entre os dez maiores cotistas do fundo” (MEDEIROS, 2021, p.119).

O programa de reformas foi aprovado pelo Diretório Executivo da instituição e entrou em vigor apenas em 2016 (BUENO, 2018, p.210), no qual, o BRICS passou a representar 14,132% dentro FMI (BUENO, 2018, p.212), refletindo de maneira mais justa a realidade dos países. Com a nova reconfiguração do bloco em 2023, agora o BRICS representa 16.32% das cotas no Fundo Monetário Internacional, conforme dados do “IMF Members' Quotas and Voting Power, and IMF Board of Governors”, baseado na reforma de 2016. Para Medeiros, a mudança foi pouco significativa e a demora no processo de adequação de cotas impulsionou ainda mais na criação do NBD, como também do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB) (MEDEIROS, 2021 p.122).

Em relação ao Novo Banco de Desenvolvimento, foi durante a IV Cúpula dos BRICS, em 2012, em Nova Délhi, que os países esboçaram os primeiros passos do que seria a entidade, como um complemento às instituições como FMI e Banco Mundial, a fim de promover desenvolvimento especialmente aos países emergentes, como também o interesse em criar uma reserva em comum para os cinco países (MEDEIROS, 2021). A Índia foi quem idealizou a criação do banco, todavia, encontrou obstáculos durante as negociações, pois, a China discordava com os investimentos iniciais igualitários entres os membros e acreditava que o capital deveria ser compatível com a capacidade econômica (MEDEIROS, 2021, p.125). Ademais, houve um embate sobre a sede do banco, que no final das negociações, estabeleceu-se em Xangai, na China.

Apesar de tais desacordos iniciais, em 2014, durante a VI Cúpula no Brasil, os membros assinaram o acordo para formação oficial do banco no tido “Declaração de Fortaleza” (BUENO,2018). A nova organização teria um investimento prévio de 100 bilhões de dólares, no qual a China arcou com a maior parte, 41 bilhões de dólares. O seu objetivo, como descrito no Artigo 2º do “Acordo sobre o Novo Banco de Desenvolvimento”, é “[...] mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos BRICS e em outras economias emergentes e países em desenvolvimento, para complementar os esforços existentes de instituições financeiras multilaterais” (BUENO, 2018, p.227). Reforçando esse objetivo, de acordo com Brasil de Fato (2023), desde sua criação a instituição financeira já emprestou cerca de US\$33 bilhões aos países emergentes, planejando daqui em diante, estabelecer pelo menos 30% de seus empréstimos em moedas locais, conforme Dilma Rousseff, eleita presidente da instituição de março/2023 até julho/2025.

Sobre sua estrutura, as decisões são tomadas por consenso pelo Conselho de Governadores, ou seja, cada um detém 20% das ações do banco e têm o direito e peso de voto de maneira igualitária. Em 2021, o banco incorporou Egito, Emirados Árabes Unidos e Bangladesh como membros “plenos”, enquanto Uruguai permanece como “membro em potencial”, já que ainda não depositou o seu instrumento de adesão, apesar de fazer parte do Quadro de Governadores. Conforme Luana Bastos em "Novo Banco de Desenvolvimento: de onde veio e para onde vai" (2023), “apesar da abertura para novos membros, na fundação do NBD foi estabelecido que os membros do BRICS possuem maior peso de votos” (BASTOS,2023). Ou seja, a inclusão é um grande passo em relação às diferentes perspectivas do Sul Global, mas sem uma reforma radical na estrutura organizacional do banco.

2 A EXPANSÃO DO BRICS EM 2024

Na mais recente Cúpula do BRICS, em agosto de 2023, a entidade política-diplomática deu um grande passo no que diz respeito seu futuro nas relações internacionais, pois adicionou mais 5 membros à cooperação, que iniciaram oficialmente em janeiro de 2024: Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã. Conforme Ana Garcia, doutora em Relações Internacionais, tal expansão pode ser interpretada por três óticas diferentes: o olhar “desde cima”, o olhar “horizontal” e o olhar “vertical” (LATINOAMÉRICA 21, 2023).

No “olhar desde cima”, argumenta-se que a parceria do intrabloco não assume mais um caráter econômico como protagonista, mas sim uma força mais geopolítica, já que as recentes questões entre Donald Trump e o desenvolvimento tecnológico chinês (2017), bem como a atual guerra entre Rússia-Ucrânia (2022), trazem à tona a perspectiva do “Ocidente versus Oriente” (LATINOAMÉRICA 21, 2023). Isso quer dizer que a necessidade de contrapor a balança internacional vem se mostrando cada vez mais necessária ao bloco, assim, ter como membro a Arábia Saudita que é aliado da representação ocidental- os Estados Unidos-, como também o Irã que é o oposto, agrega mais capacidade de diálogo ao bloco.

Na perspectiva “horizontal”, Garcia (2023) critica as diferenças entre os membros no quesito econômico, uma vez que até então, Brasil Rússia, Índia e África do Sul são exportadores de bens primários para a potência chinesa, como “soja em grão, minério de ferro, óleo bruto e refinado, carvão, manganês e outros hidrocarbonetos” (LATINOAMÉRICA 21, 2023), enquanto a China exporta materiais manufaturados acabados, como eletrônicos e tecnologia para informação. Isso gera, na opinião da autora, uma desarmonia intrabloco, já que “[...] remontam a tradicional divisão internacional do trabalho, tendo a China em seu centro” (LATINOAMÉRICA 21, 2023), fazendo com que os demais membros não se desenvolvam industrialmente. A preocupação é que essa desigualdade aumente ainda mais agora com os cinco membros uma vez que temos realidades muito distintas entre si, como Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos comparados com Etiópia.

Em sua última perspectiva, a “vertical”, é analisado que os membros atuam como “potências regionais” na América Latina e na África, sendo protagonizado novamente pela China e sua respectiva influência:

Thompson et. al. (2023) afirmam que a influência econômica da China na África levou a uma reformulação das relações interafricanas: no lugar das ideias do panafricanismo, agora as tais relações são retratadas pelas lentes do “Sul Global” e da “Cooperação Sul-Sul”, sendo esta uma narrativa que carrega interesses chineses para dentro do continente. Por sua vez, Carmody (2015) sustenta que o capital sul-africano e o chinês

geralmente atuam juntos para explorar os recursos naturais e dominar os mercados na África (LATINOAMÉRICA 21, 2023)

Entretanto, Garcia argumenta que a expansão favorece a “base econômica” do grupo, representada pelos países que comercializam fortemente o petróleo, como a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos, que podem trazer um leque de possibilidades maior do que apenas o “capital chinês”, como vem sendo visto nos últimos anos. Ao mesmo tempo, aos olhos da autora, esse fator de expansão de possibilidade pode facilitar uma maior democratização de influências regionais, em especial para o Brasil na América Latina, representando uma oportunidade de destaque internacional.

Já em conformidade com uma reportagem do Brasil de Fato, de agosto de 2023, a perspectiva do Norte Global em relação à expansão do bloco foi negativa, uma vez que agências de notícias internacionais como Reuters e The Economist (britânica), publicaram concepções pessimistas em relação à capacidade de liderança global do BRICS, como é visto em: “[...] Reuters vai ainda mais longe, propondo de forma arrogante que o Brasil, a Índia e a África do Sul abandonem o BRICS e formem outro bloco, alegando que a associação com um ‘país quase pária’ como a Rússia e uma China agressiva seria prejudicial aos seus interesses” (BRASIL DE FATO, 2023). Na opinião de Marco Fernandes, autor da notícia, criou-se um sentimento “anti-Brics” perante os países do G7, visto que se sentem ameaçados com a magnitude que bloco vem atingindo:

Afinal, elas sabem que o peso econômico do Brics não para de crescer e pode começar a ameaçar sua hegemonia global, que parecia indestrutível após o fim da Guerra Fria. Hoje, o PIB em poder de paridade de compra do BRICS já ultrapassa o do G7. De acordo com o FMI, até 2028 essa diferença deve aumentar para 33,7% contra 27,8%. Com a expansão esperada do grupo, sua vantagem será ainda maior (BRASIL DE FATO, 2023).

2.1 Perspectiva Política

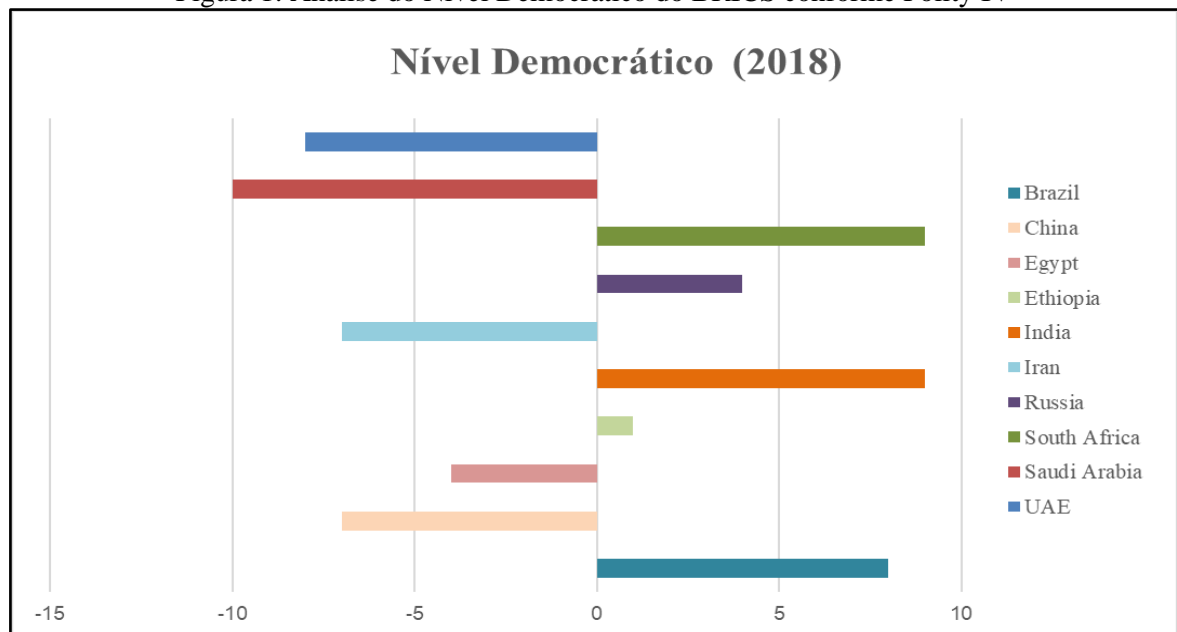
Por mais que seja inegável a ampliação da base econômica do BRICS por meio dessa adesão, há uma preocupação sobre “o compromisso com os direitos humanos e os valores democráticos por parte do bloco emergente” (GLOBO, 2023). Isso porque, segundo o jornal “O Globo”, a maior parte dos novos membros são tidos como ditaduras por observatórios internacionais e são focos de denúncia por violações de direitos humanos.

De acordo com a classificação da Freedom House, que considera 210 países e territórios com a independência contestada (como Crimeia e Tibete), os demais países estão entre as piores posições do ranking, juntamente com China e Rússia, todos eles apontados como “sem liberdade”, no critério que considera liberdades individuais e o processo político. A Etiópia ocupa a posição 167 no ranking de 2023, a melhor entre

os novos integrantes. A Arábia Saudita ocupa a posição 197. Entre os países que já estavam no bloco, a África do Sul é a que tinha melhor colocação na lista, ocupando a posição 72 (foi superada pela Argentina, 53º). O Brasil aparece em 81º. Os três são considerados países livres. A Índia é considerada "parcialmente livre", na posição 93 (O GLOBO, 2023).

Para exemplificar empiricamente, temos abaixo o gráfico com base no documento “Polity IV” (2018), que reúne uma escala para mensurar o nível democrático de um país (de 0 a 10), desenvolvido pelo Center for Systemic Peace, dos Estados Unidos. Conforme o documento, “Democracia” classifica-se por três principais características: apresenta instituições e processos em que os cidadãos expressam sua respectiva vontade, instituições que limitam o poder do executivo e um Estado que garanta participação política da população e sua liberdade de expressão. Já os países tidos como autocráticos são aqueles que nitidamente “[...] restringem ou suprimem fortemente a participação política competitiva. Os seus principais executivos são escolhidos num processo regularizado de seleção dentro da elite política e, uma vez no cargo, exercem o poder com poucas restrições institucionais” (tradução livre, 2018, p.15). Nesse sentido, Estados com +10 são “fortemente democráticos” e -10 são “fortemente autocráticos” (POLITY IV, 2018, p. 16).

Figura 1: Análise do Nível Democrático do BRICS conforme Polity IV



Fonte: POLITY IV (Elaboração Própria).

Analisando o gráfico, África do Sul, Rússia, Índia, Etiópia e Brasil são classificados como democracias, sendo a Etiópia a democracia mais fraca e Brasil, Índia e África do Sul as mais fortes. Ou seja, 4 dos 5 dos países originais do bloco são considerados democracias, sendo a China a exceção. Dos 5 novos membros, 4 são tidos como autocracias: Arábia Saudita, Irã,

Egito e Emirados Árabes Unidos (UAE), sendo a Arábia o mais autocrático e o Egito o menos. Se levarmos em conta que a análise gráfica foi antes da guerra civil da Etiópia (2020-2022), talvez hoje, todos os cinco países seriam enquadrados como não-democráticos.

A Etiópia vivenciou uma guerra civil violenta até 2022, e continua registrando casos de combates no norte do território. A guerra se deu após uma ofensiva do exército etíope à Frente de Libertação do Povo Tigré (FLPT), em Tigré, que supostamente teria atacado bases do governo. A FLPT dominou o país por 27 anos e foram tirados do poder pelo descontentamento da população. Apesar de terem negado o ataque, a Frente é contra a atuação do atual Primeiro-Ministro Abiy Ahmed, que adiou as eleições devido à pandemia de covid-19, sendo assim, ilegítimo na ótica da organização (UFPE, 2021). Um acordo de paz foi firmado em 2022 (Acordo de Pretória), mas o país já registrou mais de 600 mil mortes (UOL CULTURA, 2023).

Em 2023, a milícia Fano, envolvidos na guerra mas excluídos do acordo de paz: “A Fano está a lutar pela libertação do povo e do país, porque a justiça é violada e a liberdade é espezinhada na sociedade Amhara” (DW, 2023). O grupo acusa Abiy Ahmed de provocar extremismo étnico no território, em que o governo vem bloqueando a internet da população de Amhara, executando pessoas e fazendo ataques a civis (DW, 2023). “Se o Governo e as outras partes em conflito não se sentarem à mesa e resolverem as suas disputas políticas pacificamente, isso poderá despoletar uma nova guerra” (DW, 2023).

No caso da Arábia Saudita, o país mais autocrático dos novos membros, caracteriza-se por ser uma monarquia absolutista, onde o rei Salman, que é chefe de Estado e de Governo. Em 2022, Salman nomeou seu filho Mohammed bin Salman como primeiro-ministro, sinalizando uma transferência de governo, já que o rei, que já tem 87 anos, apresenta problemas de saúde (O GLOBO, 2022). Desde quando era Ministro da Defesa, Bin Salman é acusado de repressão contra a população: “Em 2017, cerca de 200 empresários foram presos em um hotel de Riad e, em 2018, ele foi acusado de ordenar a execução do jornalista Jamal Khashoggi, morto e esquartejado dentro do consulado-geral” (O GLOBO, 2022).

Na opinião da Folha de São Paulo, alguns direitos estão sendo concedidos à população enquanto a mesma é silenciada. Ou seja, por um lado, bin Salman autorizou que mulheres começassem a dirigir e que músicas em lugares públicos sejam tocadas, ao passo que “Desde 2017, as autoridades sauditas prenderam centenas de figuras públicas em todo o espectro político, incluindo influenciadores do Snapchat, clérigos religiosos, bilionários e vários primos do próprio príncipe herdeiro” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2023).

Os Emirados Árabes Unidos, o penúltimo na escala do menos autoritário para os mais autoritários, tem um governo caracterizado como Monarquia Absolutista. Isso se deve aos 7

emirados, que são como principados comandados por seus respectivos príncipes: Sharjah, Ajman, Umm al-Quwain, Ras al-Khaimah, Fujairah, Abu Dhabi e Dubai. Os sete principados formam um Conselho de Estado, que é presidido pelo príncipe da capital do país- Abu Dhabi- atualmente comandado pelo xeque Mohamed Bin Zayed Al Nahyane, que nomeou em 2023 seu filho xeque Khaled Bin Mohamed Bin Zayed como sucessor (UOL, 2023). Khaled governará junto ao primeiro-ministro e príncipe de Dubai, xeque Mohamed Bin Rached Al Maktoum.

Partidos políticos são proibidos nos Emirados, além de serem conhecidos pelo uso da “vigilância digital” para controlar opositores ao regime do país que critiquem seus governantes, impondo “punições, incluindo a prisão perpétua ou a pena de morte, por associação a qualquer grupo que se oponha ao sistema de governo ou por crimes vagos como prejudicar a unidade nacional ou os interesses do Estado” (AMNISTIA, 2023). De acordo com a Human Rights Watch, desde 2011 o país vem prendendo ativistas de direitos humanos, negando acesso dos mesmos a advogados e acesso a cuidados médicos. Segundo o jornal Estadão, “A riqueza e o controle dos Estados do Golfo sobre o fornecimento global de energia permitem que eles continuem desempenhando papéis proeminentes na geopolítica” (2023).

O Irã é o segundo no autoritarismo menos ressaltado, vive-se uma República Islâmica desde 1979, combinando valores teocráticos e democráticos. O atual chefe de Estado, Aiatolá Ali Khamenei, é líder supremo do país há 35 anos, “ele é o chefe de Estado e comandante-em-chefe das forças militares. Tem autoridade sobre a polícia nacional e a polícia da moralidade” (BBC, 2023), além também de ter o controle da Força de Resistência Basji, que reprime diretamente protestos civis. Abaixo do Aiatolá está o presidente Ebrahim Raisi, que administra a polícia nacional, apesar desta responder ao chefe de Estado, aplicando a mesma regra ao Parlamento, que tem políticos escolhidos por Ali Khamenei. “Se o líder supremo quer que os protestos terminem à força, o presidente tem pouca escolha a não ser seguir a orientação” (BBC, 2023).

Segundo informações da Folha de São Paulo, “não há sinais de que o líder religioso do Irã, que está com 83 anos, esteja se preparando para modificar qualquer coisa no regime teocrático no poder desde a revolução de 1979” (2023). Atualmente, a insatisfação popular do país é significativa, já que em 2023 a polícia da moralidade matou uma jovem por supostamente usar o véu de forma inadequada, além da morte de quatro manifestantes que feriram policiais durante o protesto sobre a repressão do governo. O presidente se pronunciou: "Mesmo que houvesse 1 milhão de pessoas nas ruas protestando, ainda seriam minoria. Este é um sistema

com raízes profundas no país e no Oriente Médio, raízes que não podem ser arrancadas" (FOLHA DE SÃO PAULO, 2023).

Já o Egito é que apresenta um autoritarismo menos proeminente, conforme o gráfico. De acordo com o jornal BBC, o país vive um regime autoritário desde 2013, após um período de relativa democracia, resultado da Primavera Árabe em 2011. Tal fato se deve ao atual presidente e ex-chefe do exército Abdel Fattah al-Sisi, que retirou seu antecessor Mohammed Morsi por meio de um golpe de Estado, presidente escolhido pela população na primeira eleição livre do país. Após se declarar presidente em uma votação sem oposições em 2014, Abdel divide o apoio dos egípcios, pois, parte da população acreditava que ele traria estabilidade ao país após a Primavera Árabe, já outros acreditam que ele simboliza o retorno do autoritarismo de Hosni Mubarak, ex-ditador do país que ficou no poder por 30 anos.

Em 2018 ele restringiu a participação de opositores novamente nas eleições e seu principal adversário foi preso (FOLHA DE SÃO PAULO, 2023). Nas eleições de 2023, Sisi foi reeleito pela terceira vez com 89,6% dos votos (CNN BRASIL), com forte apoio da população frente ao conflito em Gaza, demonstrando um ponto de equilíbrio no Oriente Médio. Abdel aprovou Emendas à Constituição em 2019 que prolongou os mandatos presidenciais para seis anos e ainda permitiu que tivesse mais mandatos, de dois para 4 ao total, permitindo que fique no governo até 2036, um total de 22 anos no poder.

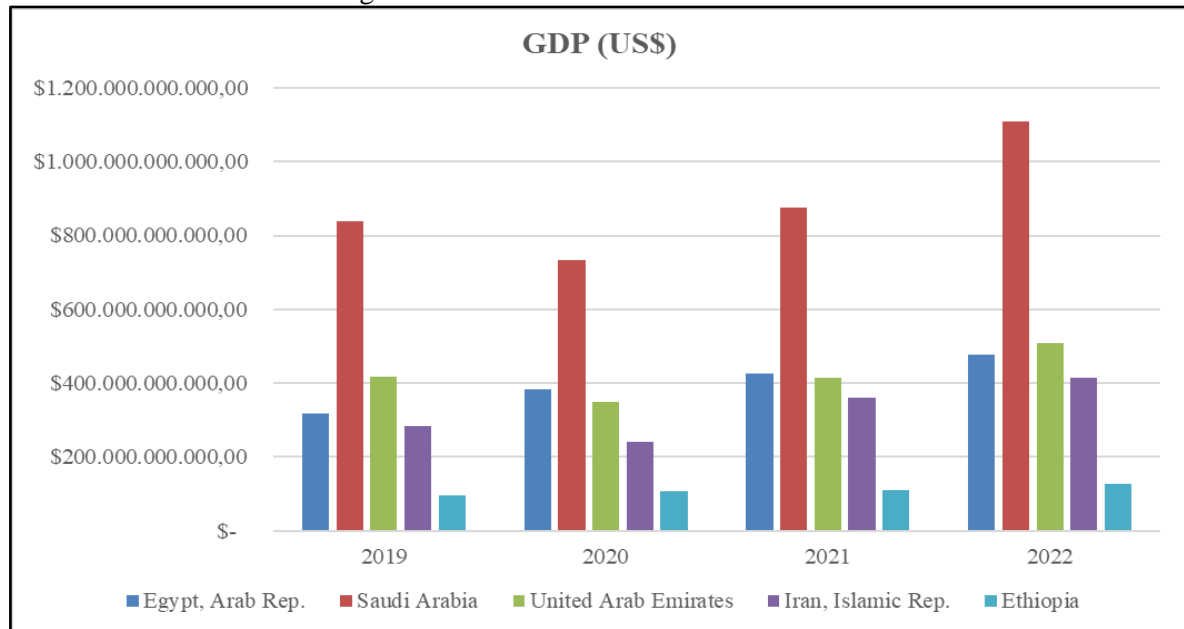
De forma geral, isso corrobora o argumento de “preocupação internacional” sobre o nível democrático que o BRICS passa a seguir agora no ano de 2024, já que analisando socialmente e politicamente, a situação não é positiva. É perceptível que uma característica em comum entre a maioria dos novos membros é a repressão contra a população- com destaque à atuantes dos direitos humanos-, com meios de eleições no mínimo duvidosos e limitados, que favorecem chefes de estado autoritários ou governos hereditários linha dura.

2.2 Perspectiva Econômica

Existem grandes discrepâncias econômicas entre os 5 novos países do BRICS, no qual, há uma clara diferença desde modelos de economia, até as proporções que cada um representa. Isso fica mais palpável quando pegamos por exemplo Arábia Saudita e a Etiópia: o país árabe possui 37 milhões de habitantes e um PIB total de cerca de 1,1 trilhão de dólares, enquanto o país africano, apresenta 127 milhões de habitantes e um PIB total de apenas 126 bilhões de dólares (G1, 2023).

Considerando os dados disponibilizados pelo Banco Mundial acerca dos novos membros, temos uma realidade muito discrepante e poucas semelhanças, reforçando um cenário já visto com membros originais do bloco: quando olhamos a Etiópia, o país tem apenas metade do tamanho do PIB da África do Sul, que é a menor economia dos integrantes originais do BRICS (DW ECONOMIA, 2023).

Figura 2: Produto Interno Bruto dos Novos Membros



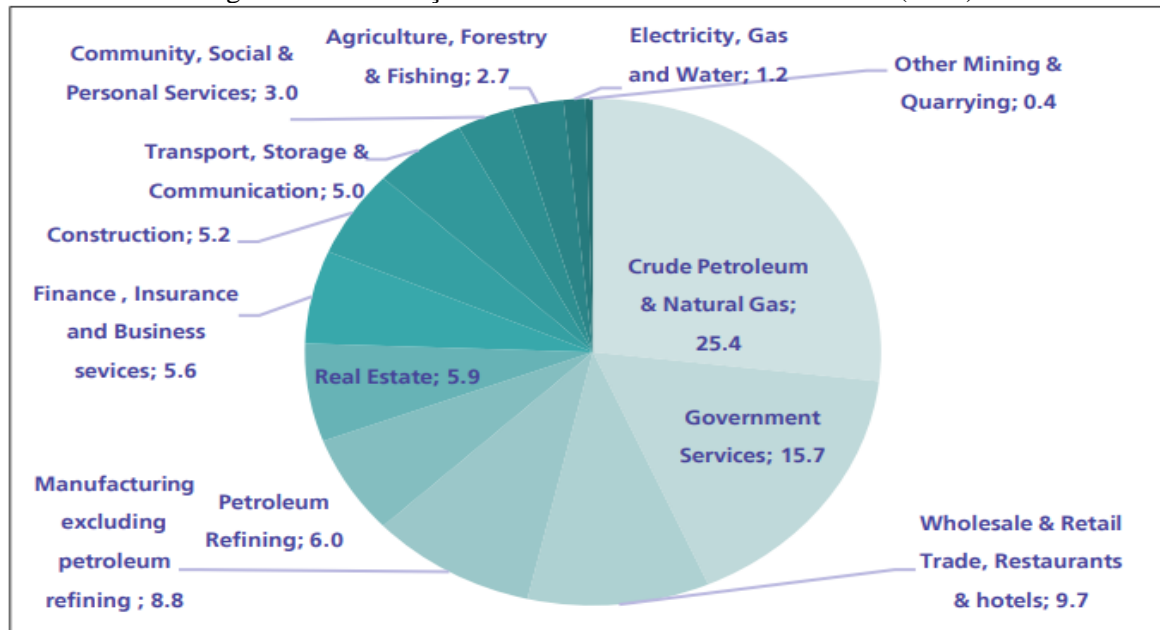
Fonte: World Bank (Elaboração Própria).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), PIB se configura como “a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país em um ano” (IBGE). Partindo para uma análise do gráfico acima, vemos que Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos se destacam no que tange ao PIB (GDP em inglês). No caso do primeiro país, sua economia é baseada na exploração e exportação de petróleo, em que, segundo o jornal Poder 360 (2024), ficou em terceiro na produção mundial de petróleo em 2023 (9,7 milhões de barris por dia), ficando atrás apenas dos Estados Unidos (12,9 milhões de barris por dia) e a Rússia (10,1 milhões de barris por dia). O governo saudita já começou a fazer investimentos em diferentes áreas para se desprender da dependência do petróleo e garantir a manutenção de seu nível econômico no futuro (International Monetary Fund, 2023), porém, isso é um movimento gradual.

Esse movimento é possível de verificar na imagem abaixo retirada do “General Authority for Statistics”, que evidencia que a maior porcentagem do PIB Saudita em 2023, baseado na moeda do país riyals, ainda se configurava pela produção do petróleo cru e o gás natural (25.4%). Isso significou, conforme o relatório, que as atividades não petrolíferas

criaram 4.4% em 2023, enquanto o PIB diminuiu 0.8%, consequência desse movimento das atividades petrolíferas.

Figura 3: Contribuição das Atividades Econômicas no PIB (2023)



Fonte: General Authority for Statistics/ 2023.

O decréscimo na dependência saudita faz parte do plano “Visão Saudita 2030”, um programa de desenvolvimento econômico financiado pelo “Fundo de Investimento Público” (CNN, 2023). Ainda conforme o jornal CNN, um dos principais pontos de diversificação do país é no cenário imobiliário, como por exemplo o projeto denominado NEOM, com valor previsto de US\$500 bilhões. “Cerca de 95% da área do NEOM, que equivale a 26 mil e 500 quilômetros quadrados, será uma reserva natural intocada, além de 41 ilhas” (CNN, 2023), trazendo investimentos tanto regionais quanto globais. Outro exemplo é o projeto “Red Sea International”, que “[...] está localizado entre as cidades de Umluj e Al-Wajh e irá desenvolver 22 de 90 ilhas, além de 75% das terras virgens que permanecerão intocadas. Até 2030, prevê-se garantir cerca de oito mil quartos em 50 hotéis e mil unidades residenciais” (CNN, 2023). Como resultado desse plano 2030, em 2023 foi possível verificar que:

Segundo o relatório anual do Fundo, graças aos investimentos em grandes projetos sauditas, os seus ativos saltaram em 2022 para cerca de 2,91 bilhões de riais (riyal, a moeda oficial do reino), um aumento de 15% em relação a 2021, observando que cerca de 68% dos ativos voltam para investimentos locais, o que incluiu a criação de 25 empresas e cerca de 181 mil novos empregos (CNN, 2023).

A situação dos Emirados Árabes Unidos não diverge muito da Arábia Saudita, uma vez que é extremamente dependente de atividades petrolíferas. De acordo com o site International

Trade Administration (ITA), os EAU produzem em média 3,2 milhões de barris de petróleo por dia, o que os coloca em sexto lugar no nível mundial de produção. Para além disso, ambicionam atingir 5 milhões de barris a 2030 por meio da Companhia Nacional de Petróleo de Abu Dhabi (ADNOC) (International Trade Administration, 2023).

Em conformidade com os dados do Banco Mundial, a receita do petróleo no PIB dos Emirados Árabes Unidos chegou a 15.7% no ano de 2021. Já conforme dados da agência de notícias Reuters, “it expects the country's oil GDP to grow by 8.1% in 2024, with non-oil GDP to grow by 4.7% in 2024 compared to 5.9% in 2023”² (REUTERS, 2023). Conforme o gráfico abaixo retirado do United Arab Emirates Ministry of Economy, os países tiveram aproximadamente 28% do seu PIB de 2022 composto pelo petróleo cru e o gás natural, seguido pelo comércio atacadista e varejista de veículos e por indústrias manufatureiras.

Figura 4: Contribuição das Atividades Econômicas no PIB (2022)



Fonte: United Arab Emirates Ministry of Economy/ 2022.

Já no caso do Egito, o terceiro maior PIB dos cinco membros, temos uma situação complexa. O país tem a maior parte do PIB comprometida com dívidas externas, pois, de acordo com o canal de notícias DW, 88% do PIB de 2024 corresponde a dívidas e apresenta uma inflação na casa dos 32% (DW, 2024). Aliado a esses fatores, em 2023, a libra egípcia perdeu cerca de 50% do seu valor (FOLHA DE SÃO PAULO, 2023), além da população estar

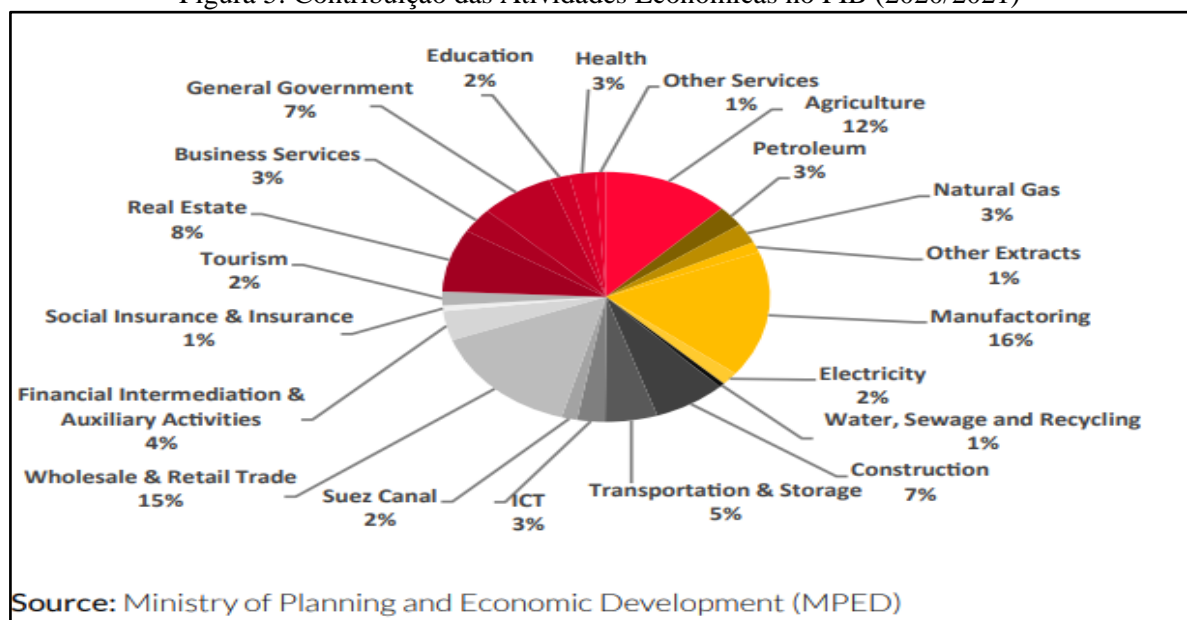
² “Espera-se que o PIB petrolífero do país cresça 8,1% em 2024, com o PIB não petrolífero a crescer 4,7% em 2024, em comparação com 5,9% em 2023” (REUTERS, 2023, tradução nossa).

enfrentando grandes dificuldades para adquirir itens básicos no que tange comida e higiene, no qual, 30% da população vivia abaixo da linha da pobreza em 2020 (FOLHA DE SÃO PAULO, 2023).

O que pode explicar tais números, segundo dados do jornal CNN, é o impacto da Covid-19 e a Guerra da Ucrânia, já que isso levou à retirada de investimentos diretos externos no país (cerca de US\$ 20 bilhões em cada caso), o equivalente aos empréstimos que o país fez na última década no Fundo Monetário Internacional (CNN, 2023). Um fator interno importante que corroborou para este cenário é o peso das forças armadas na economia egípcia: “Os militares do Egito possuem e operam um número significativo de empresas com as quais as empresas privadas lutam para competir. De postos de gasolina e produtos farmacêuticos a carnes e laticínios” (CNN, 2023). Como condição para novos empréstimos, o FMI impôs que o papel do estado na economia representado pelo contingente dos militares diminuísse e que passasse haver um relatório de prestação de contas (CNN, 2023).

De acordo com o relatório do “General Authority for Investment & Free Zones” (2022), nos anos de 2020 a 2021 a economia egípcia teve 16% do seu PIB correspondente às indústrias manufatureiras, seguido por 15% de vendas no atacado e varejo e 12% representado pela agricultura. Ainda conforme esse relatório, as exportações durante esses dois anos aumentaram significativamente para bens “não petrolíferos”, passando de 18.03 bilhões de dólares em 2020, para 23.5 bilhões de dólares em 2021, enquanto a exportação de petróleo passou de 7.02 bilhões de dólares para 12.94 bilhões de dólares.

Figura 5: Contribuição das Atividades Econômicas no PIB (2020/2021)



Fonte: General Authority for Investment & Free Zones.

Partindo para uma análise sobre o Irã, o quarto maior PIB dentre os países, temos também um cenário de desafios econômicos. Com a retirada dos Estados Unidos do acordo nuclear (Plano de Ação Conjunto Global) com o Irã em 2018, o país voltou a enfrentar sanções econômicas e conseqüentemente voltou a ter dificuldades, segundo a análise de Djavada Salehi-Isfahani em “Iran's economy, so far resiliente, now faces ultimate test” (2024). Conforme o autor, apesar das sanções, o PIB do país cresceu 6.7% em 2023, superando a previsão do FMI de 4%, porém, o crescimento do país como um todo caiu 13.6% desde 2018 (ISFAHANI, 2024).

O Irã ficou em entre os dez maiores produtores de petróleo em 2023 (PODER 360, 2023), porém, passa por uma decadência em sua produção já que, antes de 2018 o país produziu cerca de 3,8 milhões de barris por dia, passando para 3,6 em 2023 (PODER 360, 2023). Mesmo com um crescimento tímido na sua economia proporcionado pela produção de petróleo, o Irã enfrenta grandes taxas de inflação, que passou de 8.1% ao ano em 2017, para acima de 30% ao ano desde 2018 (ISFAHANI, 2024), o que levanta uma alta insatisfação da população do país com o governo. Conforme o escritor, as tensões na região pioram ainda mais as perspectivas de crescimento para o ano de 2024, uma vez que seus aliados como o Líbano estão presentes no conflito com Israel e Palestina.

Por último temos a Etiópia. Conforme dados do “African Development Bank Group”, o país enfrenta um aumento em sua inflação- que passou de 26,6% em 2021 para 34% em 2022- e um aumento no déficit orçamentário em relação ao PIB, passando de 2.8% em 2021 para 4.2% em 2022, que se explica desde fatores internos como secas, a fatores externos como a Guerra da Ucrânia. Ainda segundo a instituição, o rendimento per capita da Etiópia aumentou 2.7% em 2022, contudo, o país precisou de muito mais ajuda humanitária do que em 2021, passando de aproximadamente 16 milhões de pessoas para 20 milhões de pessoas necessitadas.

A instituição explica que, para o país conseguir sair da crise climática e conseqüentemente melhorar suas produções, precisaria de mais investimento em capacidade técnica e maquinário mais modernos, além da necessidade de fornecimento de benefícios fiscais às empresas privadas, já que o “capital verde” representa 40% da riqueza nacional e poderia aumentar em 5% do PIB. Entretanto, esse caminho não é fácil para o país, uma vez que, em 2019, a Etiópia ficou na posição 175 de 191 países no World Bank Ease of Doing Business Index, conforme o United States Agency International Development (USAID). Esses dados se mostram preocupantes já que, cerca de 80% da população da Etiópia depende da agricultura para sobreviver, segundo o site Embassy of Ethiopia, em Washington.

3 ANÁLISE APÓS EXPANSÃO

3.1 Vantagens e Desvantagens

Apesar de ser composto por países heterogêneos entre si, o BRICS tem sido capaz de conciliar suas diferenças e oportunidades como um bloco econômico e diplomático. A “Declaração de Joanesburgo”, fruto da 15^o Cúpula em 2023, deixou essa harmonia bem evidente, já que continua a reivindicar uma reforma nas instituições internacionais- em especial o Conselho de Segurança da ONU- para que a nova disposição da Ordem Mundial seja melhor representada, como também reformas à órgãos como a Organização Mundial do Comércio (OMC), a fim de se equalizar o acesso aos países do Sul Global, além de frear as práticas punitivas da organização contra os mesmos.

*We support a comprehensive reform of the UN, including its Security Council, with a view to making it more democratic, representative, effective and efficient, and to increase the representation of developing countries in the Council's memberships so that it can adequately respond to prevailing global challenges and support the legitimate aspirations of emerging and developing countries from Africa, Asia and Latin America, including Brazil, India and South Africa, to play a greater role in international affairs, in particular in the United Nations, including its Security Council*³ (DECLARAÇÃO DE JOANESBURGO, 2023).

Assim, muito da preocupação internacional sobre o possível enfraquecimento das pautas do bloco ou mesmo a atuação, devido à expansão, deixa de ser uma preocupação objetiva. No artigo “A Cúpula do BRICS 2023 em Perspectiva”, as autoras Rosa e Reis esclarecem que essa “dúvida” sobre o futuro do grupo parte em especial por uma ordem liberal internacional que vigora, argumentando que “[...] o BRICS persiste porque serve a uma multiplicidade de funções que são indispensáveis para a articulação das agendas do Sul Global, o que não é possível nos arranjos multilaterais tradicionais, devido à prevalência de poder do Norte Global” (REIS; ROSA; 2023).

Em entrevista para o jornal BBC em 2023, Jim O’Neill criador do termo “BRIC”, fez uma declaração que corroborou com essa perspectiva de “China versus Ocidente” e “esvaziamento da atuação do BRICS”, dizendo que “[...] a impressão é que os países que pediram primeiro e se mostraram mais empolgados (à possibilidade de adesão) foram

³ Apoiamos uma reforma global da ONU, incluindo o seu Conselho de Segurança, com vista a torná-la mais democrática, representativa, eficaz e eficiente, e a aumentar a representação dos países em desenvolvimento nos membros do Conselho, para que possa responder adequadamente aos desafios globais prevaletentes e apoiar as legítimas aspirações dos países emergentes e em desenvolvimento de África, Ásia e América Latina, incluindo Brasil, Índia e África do Sul, para desempenhar um papel mais importante nos assuntos internacionais, em particular nas Nações Unidas, incluindo o seu Conselho de Segurança (DECLARAÇÃO DE JOANESBURGO, 2023, tradução nossa).

admitidos[...]”, e que, “[...]a verdade, existe a suspeita — que é também decepcionante — de que a prioridade principal foi achar países que se irritam com facilidade com o Ocidente [...]” (BBC, 2023). O atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que, na verdade, há um critério inerente na escolha dos países:

Temos que ter critério para manter o que reuniu o grupo em primeiro lugar: países em desenvolvimento de distintas regiões do mundo que não encontravam, nas instituições globais do pós-guerra, o espaço correspondente que seria proporcional ao tamanho de suas economias e populações. É essencial que os novos países membros estejam de acordo com esta questão para uma governança global mais representativa e equilibrada (BBC, 2023).

Ou seja, o agrupamento é eficiente em se posicionar em temas atuais e relevantes para o contexto internacional, sem deixar de defender seus interesses, e tal performance não deve mudar drasticamente a partir de 2024, na verdade, pode contribuir ainda mais:

A expansão do BRICS também significa mais aliados na luta pela reforma da governança econômica global (FMI, BM, OMC e etc), tema que é de extremo interesse para o lado chinês – segunda maior economia do mundo -, bem como a vantagem de ampliar o comércio em moedas nacionais, questão que o BRICS pretende aprofundar inclusive através da possível adesão de uma moeda de conversibilidade própria (REIS; ROSA, 2023).

Entretanto, o que é colocado como um desafio pelas autoras é o peso que a China vem assumindo no bloco e como em especial Brasil e Índia, tentam administrar essa atuação chinesa, para que com a expansão o BRICS não se torne um “bloco chinês” (ROSA; REIS, 2023). Isso porque, os países como Brasil e Índia se mostraram inquietos com a possível chance de uma diluição de seus respectivos poderes de influência nas decisões tomadas em consenso pelo grupo. Isso é encarado com preocupação também pela África do Sul, já que pode perder sua influência regional com a entrada do Egito- um forte ator diplomático- e a respectiva aproximação do mesmo com a China. Reis e Rosa deixam essas oportunidades chinesas evidentes em:

Em relação a ganhos exclusivamente chineses, pode-se destacar também a adesão do Egito e do Irã como peças-chave para os projetos de infraestrutura chineses no âmbito da Nova Rota da Seda, especialmente, devido ao canal do Suez. Ademais, a possível inclusão de novos membros conta com seis dos nove maiores produtores de petróleo do mundo, o que é extremamente oportuno para a China, considerando a sua crescente demanda por petróleo, a sua insegurança energética e o seu peso no mercado de energia global. Por fim, dentre as oportunidades para Pequim, Figueiredo (2023) ressalta a consolidação do papel chinês enquanto mediador, pois “uma eventual conclusão do processo de adesão marcará de vez a détenté entre Irã e sauditas, mediada pela China, e também poderá servir para similar mediação na disputa entre Egito e Etiópia” (REIS; ROSA, 2023).

Neste sentido, a China irá se beneficiar não só de maneira política- por assumir um papel maior de influência e mediação-, mas também econômica. A Rússia foi a única a apoiar o posicionamento chinês no que tange a expansão, já que enxerga oportunidades de novas

relações políticas e econômicas com os novos cinco membros, uma vez que vem sendo excluída internacionalmente desde a anexação da Criméia em 2014 e com a Guerra da Ucrânia a partir de 2022 (ROSA; REIS, 2023). Ainda conforme as autoras, o que tranquiliza essa inquietude por parte do Brasil, Índia e África do Sul é o comprometimento da China e Rússia em possibilitarem a entrada dos três no Conselho de Segurança da ONU, por meio de uma reforma institucional, além de apoiarem pautas que tange “segurança alimentar”, já que Brasil e Índia são respectivamente produtores e consumidores em peso.

Não só isso, mas Reis e Rosa salientam que “[...] historicamente a política externa chinesa segue princípios de Coexistência Pacífica: a paz e cooperação, abertura e inclusão, aprendizado e benefício mútuos, atuando através da paz e da não intervenção nos assuntos internos de outros países” (ROSA; REIS, 2023). Assim, as escritoras tentam não só apaziguar a situação, mas também traçar uma crítica, já que há o receio que a China se comporte como um país do Norte em suas relações, assumindo um caráter de dominação e exclusão, enquanto o BRICS desde o princípio, reforça comportamentos opostos.

3.2 Análise Interna: Uma Vitória Chinesa?

Se optarmos por encarar como uma disputa sino-americana especificamente, a expansão pode ser colocada como uma “vitória exclusivamente da China”, segundo os docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Luiza Peruffo e André Moreira Cunha. Segundo eles, para o país chinês, “[...] o BRICS é apenas mais uma ferramenta para avançar seus interesses externos, uma ferramenta que valide seu discurso de membro do ‘Sul Global’, enquanto ela reserva para outras iniciativas seu papel mais explícito de potência global” (PERUFFO; CUNHA, 2023).

Ou seja, para os autores, a China utiliza o bloco como uma manobra para se colocar como uma potência atuante no meio das relações internacionais, antagônica à atuação estadunidense: “[...] a inclusão do Irã tem o potencial de mudar a percepção do mundo sobre o bloco dos BRICS como uma “aliança de países emergentes/Sul Global”, [...] para um bloco de segurança antiocidental, liderado pela China” (PERUFFO; CUNHA, 2023).

Podemos entender esse argumento conforme a tese de doutorado da Parisa Abbasian (2022), intitulada “Four decades of Irreconcilable Enmity between Iran and the United States”, onde esse antagonismo vivenciado por Irã e Estados Unidos pode se explicar pelas suas respectivas posições de interesse no Oriente Médio, como por exemplo, suas relações com Israel (ABBASIAN, 2022). Segundo a autora, esse antagonismo em relação a Israel começou

com o estabelecimento da República Islâmica no Irã, em 1979, onde os líderes revolucionários passaram a apoiar a causa Palestina, especialmente Aiatolá Khomeini:

*Following the establishment of the Islamic Republic in Iran in March 1979, revolutionary leaders, especially Ayatollah Khomeini, renounced the Iran-Israeli ties under the Shah and supported the Palestinian cause. One of the first acts of the Khomeini regime was to hand over the former Israeli embassy in Tehran to the Palestine Liberation Organization (PLO). The new Iranian government's approach toward the Zionist regime signaled a rejection of the Shah's de facto recognition of Israel and his close relations with the Israeli government. To the Iranian leaders, the main issue was Israel's occupation of Palestine, which the revolutionaries considered an essential part of the Muslim land*⁴ (KHOMEINI, 2011, p.187 *apud* ABBASIAN, 2022, p.116).

Isso é refletido até os dias atuais, já que o Irã declara compor e liderar o “Eixo de Resistência” contra a influência ocidental no Oriente Médio, além também de ser contra a imposição do Estado de Israel sobre o povo palestino, como acontece na guerra entre Israel e Hamas, desde 2023.

Marcadamente antiamericano e anti-Israel, o grupo é originalmente composto pelo Irã, Síria e o Hezbollah, no Líbano. Mais recentemente também passou a incluir a milícia xiita Forças de Mobilização Popular no Iraque, Afeganistão e Paquistão; o Movimento Houthi no Iêmen; e grupos militantes nos territórios palestinos. Embora o denominador comum destes grupos seja o fato de serem xiitas, tal como a maioria da população do Irã, o eixo também inclui um grupo sunita: o Hamas, que governa a Faixa de Gaza e desde o dia 7 de outubro trava uma sangrenta batalha contra Israel (O GLOBO, 2024).

Entretanto, os ganhos não seriam exclusivamente políticos, mas também muito expressivos economicamente, uma vez que a China poderá expandir seus projetos da Rota da Seda e estabelecer o Yuan como uma moeda oficial do BRICS (PERUFFO; CUNHA, 2023). De acordo com o cientista político Pedro Costa Júnior, “[...] no 1º trimestre de 2023, o yuan, moeda da China, foi usada em 49% das transações internacionais do país, superando o dólar pela 1ª vez” (PODER 360, 2023). Em destaque temos o seu comércio com a Rússia- muito por conta das sanções que o país vem sofrendo-, que de janeiro a outubro de 2023 teve 68% das trocas comerciais entre os dois países utilizando o yuan e o rublo, além de 40% das reservas cambiais russas hoje serem em renminbi (BRASIL DE FATO, 2023). Fora a Rússia, o yuan já é utilizado como moeda comercial pela Mongólia, Filipinas, Malásia, Emirados Árabes Unidos, Japão, Tailândia, Tajiquistão e Singapura (BRASIL DE FATO, 2023).

⁴ Após o estabelecimento da República Islâmica no Irã em março de 1979, os líderes revolucionários, especialmente o aiatolá Khomeini, renunciaram aos laços Irã-Israel sob o Xá e apoiaram a causa palestina. Um dos primeiros atos do regime de Khomeini foi entregar a antiga embaixada israelense em Teerã à Organização para a Libertação da Palestina (OLP). A abordagem do novo governo iraniano em relação ao regime sionista sinalizou uma rejeição ao reconhecimento de fato de Israel pelo Xá e suas relações estreitas com o governo israelense. Para os líderes iranianos, a questão principal era a ocupação da Palestina por Israel, que os revolucionários consideravam uma parte essencial da terra muçulmana. (KHOMEINI, 2011, p.187 *apud* ABBASIAN, 2022, p.116, tradução nossa).

Em uma análise feita por Ashby et al. em “What BRICS Expansion Means for the Bloc’s Founding Members” (2023), discordam que a China tinha como objetivo criar algo antagônico ao G7 como os novos membros, mas sim, acabou criando algo mais semelhante ao G20: “a big grouping with no secretariat, no legal authority to their decisions and often no consensus” (ASHBY et al, 2023).

Seguindo nesse rumo menos pessimista em relação à China, o correspondente do Brasil de Fato Mauro Ramos, disse em seu artigo “A expansão do BRICS não é uma vitória exclusiva da China” que, essa visão de que o país está atuando exclusivamente em benefício próprio pressupõe que os membros do bloco não têm autonomia para se imporem ao movimento. Ademais, corrobora com uma visão do Norte Global de que, quando a política internacional é pautada e impulsionada por países do Sul, há uma “demonização da política”, ou em termos mais ocidentais, uma “preocupação com a ideologização do BRICS” (RAMOS, 2023). Para Ramos, “debater modelos de desenvolvimento, de modernização e de cooperação é fazer política, o que não significa que os países se encontrem alinhados ideologicamente. Inclusive o grupo se diversificou mais do que se homogeneizar nesse sentido” (RAMOS, 2023).

A fim de exemplificar essa visão, temos o movimento da “Desdolarização”, que se mostra muito mais como uma iniciativa voltada para o grupo do que uma força aplicada somente pela China, ou seja, demonstra uma influência e peso que os demais países membros originais exercem sobre as pautas do BRICS. Ramos reforça em seu artigo que “[...] Ao questionar ‘por que todos os países estão obrigados a fazerem seu comércio lastreado em dólar’, Lula provocou a reação dos republicanos nos Estados Unidos” (RAMOS, 2023), em reunião de posse de Dilma Rousseff do NDB.

Ramos entende que quando assumimos essa liderança chinesa “maléfica”, que passa por cima dos interesses de um grupo que o próprio país lutou para formar, é também negar “as necessárias mudanças em curso na ordem mundial” (RAMOS, 2023), uma vez que o discurso da ordem liberal vigente sobre “esvaziamento das pautas como um grupo” e “diluição na atuação internacional do BRICS”, mascara uma necessidade que o BRICS reivindica desde 2009: reformas das instituições para maior e melhor representatividade do Sul Global no Sistema Internacional contemporâneo.

O quinto ponto da Declaração de Joanesburgo exige “uma maior representação dos mercados emergentes e dos países em desenvolvimento nas organizações internacionais e nos fóruns multilaterais nos quais desempenham um papel importante”. Essa é uma demanda do Brics desde seus inícios que, à medida que passa o tempo, se torna cada vez mais vergonhosa para as organizações internacionais do sistema ONU. Nesse mesmo ponto, a declaração pede “o aumento do papel e da participação das mulheres dos mercados emergentes e dos países em desenvolvimento

em diferentes níveis de responsabilidade nas organizações internacionais”, o que Lula destacou durante seu primeiro discurso durante sessão plenária aberta da 15ª Cúpula do Brics (RAMOS,2023).

Desta maneira, Ramos nos alerta sobre uma visão liberal e ocidental quando olhamos para as pautas do BRICS. É evidente que a China é o player principal do bloco, tendo mais influência para direcionar decisões importantes do grupo, entretanto, é importante lembrar que a própria China lutou, junto com Índia, Brasil e Rússia, para formar o BRICS e trazer protagonismo e prestígio internacional ao bloco. O BRICS está sendo muito mais vocal ao realizar suas críticas às práticas e imposições Norte-Sul, o que pode acarretar esse olhar mais pessimista perante a comunidade internacional.

Putin é explícito ao dizer que os Estados Unidos (EUA) utilizam sua moeda e as instituições financeiras que orbitam em sua esfera de influência como “armas” para pressionar quem contesta sua hegemonia. Ele defende a necessidade de construir alternativas, o que envolveria a ampliação na utilização do renminbi (RMB) e da infraestrutura institucional chinesa (PERUFFO; CUNHA, 2023).

Com os novos membros, essa união para tomadas que vão de encontro com o objetivo de trazer mais independência e voz ao Sul Global como um todo, deve se intensificar ainda mais, conforme Mauro Ramos em 2023:

No final do ano passado, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), sob a liderança da Arábia Saudita, decidiu realizar o maior corte na oferta desde 2020, em cerca de 2 milhões de barris. O governo Biden ameaçou a Arábia Saudita pela decisão, afirmando que haveria "consequências" para o país. A Índia usou rúpias, pela primeira vez na história, para comprar um milhão de barris de petróleo dos Emirados Árabes Unidos, em agosto deste ano. Tanto sauditas como emiradenses passarão a fazer parte do BRICS+ em janeiro de 2024 (RAMOS, 2023).

Nesse sentido, a atuação da China no BRICS traz muitos debates sobre essa nova fase do bloco, uma vez que, dependendo da maneira que se é analisado, vemos que é um país que pesa muito nas decisões do bloco e que utiliza do seu poder e tamanho para influenciar os demais membros, principalmente se tratando da adesão dos novos cinco países. Por outro lado, até então, não devemos entender que o país atropela os interesses dos demais, atuando sozinho na maneira como o BRICS se posiciona nas relações internacionais, já que o país luta as mesmas pautas que os demais países membros, ou seja, luta para criar canais alternativos à hegemonia do Norte Global tanto na política, como também na economia.

3.3 Análise Externa: Uma Nova Ordem Mundial?

Em concordância com Marc Jutten em “Expansão o BRICS: A quest for greater global influence?” (2024), a expansão pode ser compreendida como uma busca de balancear a ordem

vigente mundial, trazendo ao centro dos debates internacionais os países do Sul Global. O autor segue com alguns exemplos de como a atuação do bloco em contextos importantes, demonstrando uma unanimidade na atuação como um todo do BRICS e muitas das vezes, desafiando o Norte Global.

Por exemplo, em oposição a União Europeia, Brasil, China, Índia e África do Sul se abstiveram na votação de 2014 para apoiar a integridade territorial da Ucrânia após a anexação Russa do território da Criméia (JUTTEN,2024, p.5). Outro exemplo de uma atuação consolidada foi agora como “BRICS+” que se posicionaram em solidariedade na crise em Gaza e contra as ações de Israel, no qual, a Índia levou o caso da atuação de Israel na Corte Internacional de Justiça, alegando violação da Convenção sobre Genocídio (JUTTEN,2024, p.5).

Ademais, uma pauta destacada por Jutten é protagonismo que os países do BRICS passam a ter na agenda do Grupo dos 20 (G20), onde 19 nações e a União Europeia representam 80% da economia global (G1, 2021). Isso porque a Índia presidiu o grupo em 2023, o Brasil preside em 2024 e em 2025 será presidido pela África do Sul, em que os países até então optaram por trazer como foco as reformas nas instituições internacionais, um tema que está no cerne do BRICS desde sua fundação.

De acordo com Navdeep Suri e Jhanvi Tripathi em “The BRICS Summit 2023: Seeking an Alternate World Order?” (2023), a quantidade de pedidos de adesão ao bloco é motivo de preocupação ao ocidente:

*The slew of applications to join the BRICS is clearly a symptom of a deeper malaise. The West’s proclivity to deploy unilateral financial sanctions, abuse international payments mechanisms, renege on climate finance commitments, and accord scant respect to food security and health imperatives of the Global South during the pandemic are only some of the elements responsible for the growing disenchantment with the prevailing international system*⁵ (SURI; TRIPATHI; 2023).

Para Suri e Tripathy, o BRICS+ pode até não ser uma “nova ordem mundial”, mas com certeza é uma alternativa forte perante o protagonismo do ocidente, como descrito acima. Os países do Sul agora passam a entender que podem reduzir sua dependência em relação a norma liberal ocidental vigente, como por exemplo o dólar, um mecanismo utilizado para coagir os demais países. Gunther Maihold, outro autor do artigo, destaca que apesar de se configurar

⁵ A série de pedidos de adesão aos BRICS é claramente um sintoma de um mal-estar mais profundo. A propensão do Ocidente a implantar sanções financeiras unilaterais, abusar dos mecanismos de pagamentos internacionais, renegar compromissos de financiamento climático e respeitar os imperativos de segurança alimentar e saúde do Sul Global durante a pandemia são apenas alguns dos elementos responsáveis pelo crescente desencanto com o sistema internacional vigente (SURI; TRIPATHI; 2023, tradução nossa).

como um grupo muito heterogêneo, o BRICS+ é uma entidade que tem plena certeza daquilo que não deseja, como sanções e medidas protecionistas que possam prejudicar seus integrantes.

Nesse sentido, Ghunter já coloca o BRICS+ como uma nova ordem internacional sim, uma vez que enfatiza que o desejo do bloco não é a ampliação das suas relações multilaterais com o ocidente baseadas nas regras vigentes, pelo contrário, há um desejo de se modificar essas regras a fim de que sejam mais justas (GHUNTER, 2023). Para alcançar tal feito, Ghunter coloca que os países vão se utilizar das suas agendas individuais em diversos fóruns internacionais para promover essa visão reformista e de mais oportunidades, além é claro, de utilizar o próprio fórum e cúpula do grupo para aprimorar a mensagem.

Vale enfatizar, entretanto, que o bloco não busca um conflito direto com o ocidente, tornando-se assim antiocidental, como diz Flódor Lukyanov, outro coautor do artigo. Ou seja, o bloco irá buscar as mudanças que sempre buscou nas instituições e organismos internacionais- como o Fundo Monetário Internacional e a Organização das Nações Unidas-, mas sem se projetar como uma entidade antiocidental, e sim, como um novo caminho e a ser desbravado perante o que já vigora. *“The BRICS will move toward the alter-West rather than the anti-West. The grouping will expand the space of interaction bypassing the Western world and without the participation of Western countries”*⁶(LUKYANOV, 2023).

Partindo para uma visão econômica, temos Andrew G. Ross em seu relatório *“Will BRICS Expansion Finally End Western Economic and Geopolitical Dominance?”* (2024). Conforme Ross, em termos de crescimento econômico, o Grupo dos Sete (G7) caracterizados como as maiores economias do mundo- Canadá, França, Alemanha, Japão, Reino Unido e Estados Unidos-, serão ultrapassados pelo crescimento dos países do BRICS+, uma vez que o Egito e a Etiópia devem crescer em termos de PIB em torno de 635% e 1.170% até 2050, respectivamente. Além disso, conforme Ross, dos 10 países que pertencem ao bloco, 6 estarão entre as maiores economias do mundo já em 2050: China (1°), Índia (3°), Brasil (8°), Rússia (10°), Egito (12°) e Arábia Saudita (13°).

Trazendo os pontos fortes do BRICS+, Ross coloca que agora o bloco representa 43% da produção mundial de petróleo, 25% das exportações globais e 45% da população mundial. Além disso, Brasil, Índia, China e Rússia detém 72,5% das reservas globais do denominado *“rare earth minerals”*, essenciais para a produção de armamento de alta tecnologia, até produtos

⁶ “Os BRICS se moverão em direção ao alter-Occidente em vez do antiocidente. O agrupamento ampliará o espaço de interação contornando o mundo ocidental e sem a participação dos países ocidentais (LUKYANOV, 2023, tradução nossa).

do dia a dia, como carros elétricos. Isso significa que o grupo agora tem mais força do que nunca para trazer o “centro da gravidade econômica mundial para o Sul Global” (ROSS, 2024).

Apesar disso, Ross é cético sobre o poder do bloco em “destronar” o dólar como a moeda mais importante da ordem mundial vigente, uma vez que o dólar representa 60% das reservas cambiais do mundo e é usada em aproximadamente 90% das transações cambiais (ROSS, 2024). Ou seja, o autor entende que apesar da força econômica que o grupo passa a ter agora, a mesma é insuficiente para abalar a dominância do dólar, e coloca que a perspectiva de que o BRICS+ teria essa robustez é “exagerada” (ROSS, 2024).

Nesse sentido, pode-se concluir que a partir de 2024, o BRICS+ passará a atuar de maneira mais incisiva no contexto internacional para defender os interesses do Sul Global no que tange representatividade, além também de ser um símbolo de resistência em relação a imposição do Norte Global sobre o Sul, principalmente no que se refere a sanções econômicas e proteção de seus respectivos mercados. Não obstante, fica claro também que a sua magnitude econômica irá proporcionar mais voz ao bloco como um todo, reforçando o viés de mais autonomia que é buscando desde sua fundação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão do bloco BRICS- Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul- em 2024, representou um ponto de virada significativo nas Relações Internacionais, marcando não apenas um aumento na base econômica do bloco, mas também uma mudança na dinâmica geopolítica global. Trazendo luz para perspectiva política, a adição de cinco novos membros - Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã - pode ser interpretada como uma resposta às crescentes insatisfações das discrepâncias entre o Norte e o Sul Global, representando uma tentativa de ampliar a influência geopolítica do bloco e promover uma maior autonomia em questões internacionais.

Essa expansão é um resultado bem-sucedido dos passos que o bloco vem traçando desde sua fundação, ou seja, um aprofundamento do desejo em comum dos membros originais em lutar pela representação igualitária do Sul no Sistema Internacional, como o constante anseio pela reforma do Conselho de Segurança- principalmente vivenciado pelo Brasil- e pelo esforço em trazer protagonismo ao Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) no contexto da economia dos países do Sul Global, fornecendo assistência e infraestrutura, além também de trazerem uma voz única no que tange à necessidade de se estabelecer uma moeda comum para grupo e a necessidade de acontecer uma desdolarização da economia internacional..

No entanto, ao mesmo tempo há uma preocupação internacional- em especial do Ocidente- com o comprometimento do grupo com a democracia e liberdade de expressão, uma vez que os novos cinco membros apresentam dados alarmantes em relação a tais pontos, como exposto no capítulo dois. Isso passa a exigir uma abordagem ainda mais cautelosa e equilibrada na condução das relações internacionais pelo BRICS, já que o desejo de conquistar prestígio e peso internacional não deve ser atropelado por passos maiores que sua capacidade, ignorando por completo as situações internas vivenciadas por seus membros e seu reflexo internacional.

Em concomitante, existe uma apreensão- agora também por parte interna ao BRICS- sobre a predominância da China e a possível diluição dos interesses dos outros membros originais, como Brasil e Índia. Isso nos revela, como a análise feita no terceiro capítulo, um desafio a médio e longo prazo do bloco em buscar alternativas para equilibrar essa relação, já que a China é um player cada vez mais essencial na dinâmica política e econômica global, sendo assim, indispensável para o bloco, principalmente para obter êxito em seu objetivo de trazer mais harmonia e representatividade nos espaços de discussão global.

Em suma, o BRICS+ emerge como uma força reformada a partir de 2024, capaz de promover mudanças substanciais na dinâmica geopolítica e econômica mundial a partir dos

princípios da inclusão e equidade das vozes que sempre foram ignoradas nas instituições e nas relações globais. Ao mesmo tempo, a longo prazo irá enfrentar desafios internos para encontrar um equilíbrio nas tomadas de decisões, considerando agora a composição de mais vozes e conseqüentemente mais interesses nas pautas que promove, ao passo que deverá buscar um caminho que evite predominância por completo da China nas escolhas e definições do grupo. Externamente esse desafio a longo prazo também existe, já que precisará trabalhar na projeção de uma imagem mais confiante e positiva de seus novos membros, como também o comprometimento dos membros originais com as pautas que trazem receio da comunidade internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBASIAN, Parisa. Four Decades of Irreconcilable Enmity between Iran and the United States: An Analytical and Historical Account. **Murdoch University**, p. 112-142, 2022. Disponível em: https://researchportal.murdoch.edu.au/esploro/outputs/doctoral/Four-Decades-of-Irreconcilable-Enmity-between/991005552965907891?skipUsageReporting=true&skipUsageReporting=true&recordUsage=false&recordUsage=false&institution=61MUN_INST. Acesso em: 09 abr. 2024.

AFRICAN DEVELOPMENT BANK. **Ethiopia Economic Outlook**. Disponível em: <https://www.afdb.org/en/countries/east-africa/ethiopia/ethiopia-economic-outlook>. Acesso em: 15 abr. 2024.

AGÊNCIA BRASIL. **Milei anuncia que Argentina não participará do Brics**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-12/milei-anuncia-que-argentina-nao-participara-do-brics#:~:text=A%20ades%C3%A3o%20da%20Argentina%20ao,1%C2%BA%20de%20janeiro%20de%202024>. Acesso em: 22 jan. 2024.

AMNISTIA INTERNACIONAL PORTUGAL. **Emirados Árabes Unidos: Riscos para o Direitos Humanos no país ameaçam êxito da COP28**. Disponível em: <https://www.amnistia.pt/emirados-arabes-unidos-devem-reformar-o-seu-historial-de-direitos-humanos-para-ajudar-o-exito-da-cop28/>. Acesso em: 06 nov. 2023.

ASHBY, Heather. Et. al. What BRICS Expansion Means for the Bloc's Founding Members. **United States Institute of Peace**. Ago/2023. Disponível em: <https://www.usip.org/publications/2023/08/what-brics-expansion-means-blocs-founding-members>. Acesso em: 20 abr. 2024.

BASTOS, Luana Paris. New Development Bank: where it came from and where it is going. **BRICS Study Group (GEBRICS)**, São Paulo, jun./2023. Disponível em: <https://sites.usp.br/gebrics/novo-banco-de-desenvolvimento-de-onde-veio-e-para-onde-vai/>. Acesso em: 29 ago. 2023.

BAZOOBANDI, Sara. The Economic Challenge Ahead for Iran. **ISPI**. Disponível em: <https://www.ispionline.it/en/publication/the-economic-challenge-ahead-for-iran-165060>. Acesso em: 14 abr. 2024.

BBC. **Egito: perfil do país árabe onde reinaram os faraós**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56610672>. Acesso em: 06 nov. 2023.

BBC. **Expansão do Brics é 'sem critérios' e pode prejudicar o Brasil, diz criador do termo**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c2ed7d1vee2o>. Acesso em: 10 abr. 2024.

BBC. **Protestos no Irã: quem manda realmente no país**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63220329>. Acesso em: 06 nov. 2023.

BRASIL DE FATO. **Brics dá em 2023 seu terceiro grande passo: 'o resto do mundo' busca protagonismo.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/08/28/brics-da-em-2023-seu-terceiro-grande-passo-o-resto-do-mundo-busca-protagonismo> . Acesso em: 2 set. 2023.

BRASIL DE FATO. **Brics ganha peso geopolítico e econômico, mas enfrenta contradições.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/08/24/brics-ganha-peso-geopolitico-e-economico-mas-se-torna-mais-conservador-e-contraditorio>. Acesso em: 18 abr. 2024.

BRASIL DE FATO. **Na China, Lula diz que NBD pode se tornar o 'banco do Sul Global' e critica a hegemonia do dólar.** disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/13/na-china-lula-diz-que-nbd-pode-se-tornar-o-banco-do-sul-global-e-critica-hegemonia-do-dolar>. Acesso em: 19 abr. 2024.

BRASIL DE FATO. **O Brics será capaz de liderar a nova onda de ascensão geopolítica que vem do Sul?.** Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/08/21/os-brics-serao-capazes-de-liderar-a-nova-onda-de-ascensao-geopolitica-que-vem-do-sul>. Acesso em: 30 out. 2023

BRICS 2023. **Três Pilares de Cooperação.** Disponível em: <https://brics2023.gov.za/three-pillars-of-cooperation/>. Acesso em: 30 out. 2023.

BUENO, E. D. P. Brics e as reformas das instituições internacionais. Biblioteca Universidade de São Paulo, **Universidade de São Paulo**, p. 133-248, mai./2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2135/tde-06112020-144959/pt-br.php> . Acesso em: 15 ago. 2023.

CABELLO, Alejandra; ORTIZ, Edgar; SOSA, Míriam. Creciente importancia de los BRICS en la gobernanza financiera y economía globales. **Oikos Polis, Santa Cruz de la Sierra**, v. 6, p. 134-184, jun. 2021 . Disponível em: http://www.scielo.org.bo/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2415-22502021000100134&ln

CNN BRASIL. **Alta do petróleo não é suficiente para Arábia Saudita financiar grandes projetos, dizem especialistas.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/alta-do-petroleo-nao-e-suficiente-para-arabia-saudita-financiar-grandes-projetos-dizem-especialistas/>. Acesso em: 14 abr. 2024.

CNN BRASIL. **Conheça 5 grandes projetos do programa de desenvolvimento econômico "Visão Saudita 2023".** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/conheca-5-grandes-projetos-do-programa-de-desenvolvimento-economico-visao-saudita-2030/>. Acesso em: 14 abr. 2024.

CNN BRASIL. **Porque o Egito está pedindo que a população coma pés de galinha.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/por-que-o-egito-esta-pedindo-que-a-populacao-coma-pes-de-galinha/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

CNN BRASIL. **Presidente do Egito garante terceiro mandato com 89,6% dos votos.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/presidente-do-egito-garante-terceiro-mandato-com-896-dos-votos/>. Acesso em: 12 abr. 2024.

DW. **Egito sob pressão com ataques dos Houthi no Mar Vermelho.** Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/egito-sob-press%C3%A3o-com-ataques-dos-houthi-no-mar-vermelho/a-68090494>. Acesso em: 15 abr. 2024.

DW. **Etiópia: O fracasso do diálogo de paz.** Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/eti%C3%B3pia-o-fracasso-do-di%C3%A1logo-de-paz/a-66946995>. Acesso em: 03 nov. 2023.

DW. **Quais são as chances de a Etiópia aderir ao BRICS?.** Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/quais-s%C3%A3o-as-chances-de-a-eti%C3%B3pia-aderir-ao-brics/a-66159385>. Acesso em: 13 abr. 2024.

EMBASSY OF ETHIOPIA WASHINGTON DC. **Economy.** Disponível em: <https://ethiopianembassy.org/economy/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

EMBASSY OF THE UNITED ARAB EMIRATES WASHINGTON DC. **UAE DP & GROWTH.** Disponível em: <https://www.uae-embassy.org/uae-gdp-growth>. Acesso em: 14 abr. 2024.

ESTADÃO. **Monarquias espalhadas pelo mundo: veja quais países ainda possuem reis, rainhas e príncipes.** Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/monarquias-espalhadas-pelo-mundo-veja-quais-paises-ainda-possuem-por-reis-rainhas-e-principes>. Acesso em: 06 nov. 2023.

EXAME. **Arábia Saudita manterá corte na produção de petróleo até o fim do ano.** Disponível em: <https://exame.com/mundo/arabia-saudita-mantera-corte-na-producao-de-petroleo-ate-o-fim-do-ano/>. Acesso em: 13 abr.2024.

FMI. **Cotas e poder de voto dos membros do FMI.** Disponível em: <https://www.imf.org/en/About/executive-board/members-quotas#L>. Acesso em: 27 abr. 2023.

FMI. **IMF Members' Quotas and Voting Power, and IMF Board of Governors.** Disponível em: <https://www.imf.org/en/About/executive-board/members-quotas>. Acesso em: 28 ago. 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Arábia Saudita intensifica repressão a dissidentes após modernizar costumes.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/02/arabia-saudita-intensifica-repressao-a-dissidentes-apos-modernizar-costumes.shtml>. Acesso em: 06 nov. 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Egito marca eleições para dezembro sem alternância de poder à vista.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/09/egito-marca-eleicoes-para-dezembro-sem-alternancia-de-poder-a-vista.shtml>. Acesso em: 06 nov. 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Egito, à beira do colapso, vê aumento da pobreza e pode repetir sina do Líbano.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/01/egito-a-beira-do-colapso-ve-aumento-da-pobreza-e-pode-repetir-sina-do-libano.shtml>. Acesso em: 15 abr. 2024.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Líder supremo do Irã aumenta presença pública em reposta a protestos contra regime.** Disponível

em:<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/02/lider-supremo-do-ira-aumenta-presenca-publica-em-resposta-a-protestos-contr-regime.shtml>. Acesso em: 06 nov. 2023.

G1 MUNDO. **Brics: Arábia Saudita, Argentina, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã; conheça os 6 países convidados para o bloco.** Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/08/24/brics-arabia-saudita-argentina-egito-emirados-arabes-unidos-etiofia-e-ira-conheca-os-6-paises-convidados-para-o-bloco.ghtml>. Acesso em: 3 set. 2023.

GARCIA, Ana. A expansão do BRICS. **Latinoamérica 21**, set./2023. Disponível em: <https://latinoamerica21.com/br/a-expansao-dos-brics/>. Acesso em: 30 out. 2023.

GENERAL AUTHORITY FOR INVESTMENT & FREE ZONES. **Egypt- Facts & Figures.** Disponível em: [https://www.investinegypt.gov.eg/flip/library/PDFs/reports/factsandfigures/Egypt%20snapsho%20En%20\(1\).pdf](https://www.investinegypt.gov.eg/flip/library/PDFs/reports/factsandfigures/Egypt%20snapsho%20En%20(1).pdf). Acesso em: 15 abr. 2024.

GENERAL AUTHORITY FOR STATISTICS. **Gross Domestic Product Fourth Quarter of 2023.** Disponível em: <https://www.stats.gov.sa/en/823>. Acesso em: 15 abr. 2024.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Emirados Árabes: detidos políticos definham atrás das grades.** Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2019/11/12/335541>. Acesso em: 06 nov. 2023.

IBGE. **Produto Interno Bruto- PIB.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 14 abr.2024.

INTERNATIONAL TRADE ADMINISTRATION. **United Arab Emirates- Country Commercial Guide.** Disponível em: <https://www.trade.gov/country-commercial-guides/united-arab-emirates-oil-and-gas>. Acesso em: 15 abr. 2024.

IRAN INTERNATIONAL. **Iran's GDP Growth Slows despite Government Spending and Oil Support.** Disponível em: <https://www.iranintl.com/en/202402278547>. Acesso em: 14 abr. 2024.

JUTTEN, Marc. Expansion of BRICS: A quest for greater global influence?. **Think Thank European Parliament.** p. 1-12, mar/2024. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EPRS_BRI\(2024\)760368](https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document/EPRS_BRI(2024)760368).

MARTINS, Américo. Expansão dos Brics e polêmica sobre financiamentos para Angola marcam viagem de Lula à África. **CNN Brasil.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/expansao-dos-brics-e-polemica-sobre-financiamentos-para-angola-marcam-viagem-de-lula-a-africa/#:~:text=C%C3%BApula%20dos%20Brics&text=Mas%20a%20presen%C3%A7a%20deles%20encorpa,menos%20de%2010%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 28 ago. 2023.

MEDEIROS, Klei Pando. Compreendendo o grupo BRICS na sua trajetória: condições sistêmicas e composição de interesses. **Programa de Pós-Graduação em Relações**

Internacionais San Tiago Dantas- UNESP, UNICAMP E PUC-SP, São Paulo, p. 127-250, ago./2021. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/214082> . Acesso em: 17 abr. 2023.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Declaração de Joanesburgo II**. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-joanesburgo-ii-sandton-gauteng-africa-do-sul-23-de-agosto-de-2023. Acesso em: 06 fev. 2024.

NEBRICS. **A Cúpula do Brics 2023 em Perspectiva: Uma Análise dos Resultados e do Processo de Expansão do Grupo**. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nebrics/a-cupula-do-brics-2023-em-perspectiva-uma-analise-dos-resultados-e-do-processo-de-expansao-do-grupo/>. Acesso em: 06 fev. 2024.

NEW DEVELOPMENT BANK. **Members**. Disponível em: <https://www.ndb.int/about-ndb/members/> . Acesso em: 31 ago. 2023.

O GLOBO. **Bin Salman é nomeado primeiro-ministro, em novo passo da transição da monarquia saudita**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/09/bin-salman-e-nomeado-primeiro-ministro-em-novo-passo-da-transicao-na-monarquia-saudita.ghtml>. Acesso em: 06 no. 2023.

O GLOBO. **Expansão do Brics aumenta potencial econômico e geopolítico do bloco, mas com questões éticas a reboque**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2023/08/24/expansao-do-brics-aumenta-potencial-economico-e-geopolitico-do-bloco-mas-com-questoes-eticas-a-reboque.ghtml>. Acesso em: 30 out. 2023.

O GLOBO. **Quais grupos compõem o ‘eixo da resistência’ que prometeu retaliar ataques de EUA e Reino Unido contra houthis no Iêmen**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/01/13/quais-grupos-compoem-o-eixo-da-resistencia-que-prometeu-retaliar-ataques-de-eua-e-reino-unido-contr-houthis-no-iyemen.ghtml>. Acesso em: 19 abr. 2024.

O’NEILL, Jim. Building Better Global Economic BRICs. **Goldman Sachs**, New York, n. 66, p. 1-16, nov./2001. Disponível em: <https://www.goldmansachs.com/intelligence/archive/building-better.html> . Acesso em: 23 mai. 2023.

OBI, Cyril. Repositioning South Africa in global economic governance: a perspective from Nigeria. **South African Journal of International Affairs**, v.22, p. 165-184, ago/2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10220461.2015.1054305>. Acesso em: 28 out. 2023.

OBSERVATÓRIO DE CRISES INTERNACIONAIS. Etiópia em crise: um conflito multilateral. **UFPE**. Disponível em: <https://sites.ufpe.br/oci/2021/05/31/etiopia-em-crise-um-conflito-multilateral/#>. Acesso em: 03 nov. 2023.

PERUFFO, Luiza; CUNHA, André Moreira. BRICS+ depois de Johannesburgo: bloco do Sul Global ou vitória diplomática da China?. **FCE- UFRGS**, nov/2023. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/267210/001187806.pdf?sequence=1>. Acesso 09 abr. 2024.

PODER 360. **Entenda o funcionamento do NDB, o Banco do Brics**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/entenda-o-funcionamento-do-ndb-o-banco-do-brics/>. Acesso em: 1 set. 2023.

PODER 360. **EUA batem recorde mundial de produção de petróleo**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/energia/eua-batem-recorde-mundial-de-producao-de-petroleo/>. Acesso em: 13 abr. 2024.

PODER 360. **Moeda do Brics pode aumentar influência chinesa, diz especialista**. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/moeda-do-brics-pode-aumentar-influencia-chinesa-diz-especialista/#:~:text=No%201%C2%BA%20trimestre%20de%202023,seda%20j%C3%A1%20atingem%20145%20pa%C3%ADses>. Acesso em: 16 abr. 2024.

POLITIZE. **Índice de Gini: um indicador da desigualdade**. Disponível em: <https://www.politize.com.br/indice-de-gini/>. Acesso em: 28 out. 2023.

POLITY IV. **Polity V Annual Time-Series, 1800-2018**. Disponível em: <https://www.systemicpeace.org/inscrdata.html>. Acesso em: 01 nov. 2023.

RAMOS, Mauro. A expansão do BRICS não é uma vitória exclusiva da China. **Instituto Humanitas Unisinos**, Ago/2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/631918-a-expansao-do-brics-nao-e-uma-vitoria-exclusiva-da-china>. Acesso em: 12 abr. 2024.

RAMOS, Mauro. Desdolarização: 95% do comércio entre China e Rússia já não passa pela moeda estadunidense. **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/12/17/desdolarizacao-95-do-comercio-entre-china-e-russia-ja-nao-passa-pela-moeda-estadunidense#:~:text=O%20yuan%20vem%20sendo%20utilizado,%2C%20Jap%C3%A3o%2C%20Tajiquist%C3%A3o%20e%20Singapura>. Acesso em: 16 abr. 2024.

REUTERS. **Banco central dos Emirados Árabes Unidos espera que o PIB petrolífero cresça 8,1% em 2024 e que o crescimento não petrolífero desacelere para 4,7% - WAM**. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/middle-east/uae-central-bank-expects-oil-gdp-grow-by-81-2024-non-oil-growth-slow-47-wam-2023-12-21/>. Acesso em: 13 abr. 2024.

ROSS, Andrew G. Will BRICS Expansion Finally End Western Economic and Geopolitical Dominance. **Geopolitical Monitor**. Jan/2024. Disponível em: <https://www.geopoliticalmonitor.com/will-brics-expansion-finally-end-western-economic-and-geopolitical-dominance/>. Acesso em: 20 abr. 2024.

STATE INFORMATION SERVICE. **Egyptian Economy Sectors**. Disponível em: <https://www.sis.gov.eg/section/10/337?lang=en-us>. Acesso em: 15 abr. 2024.

STATISTA. **Iran's Economic Woes**. Disponível em:

<https://www.statista.com/chart/20454/real-gdp-growth-of-iran/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

SUGAWA KIYOSHI. Japan Debuts As A Weapon Exporter: Tokyo, once committed to a degree of pacifism, is going all in to counter China. **Responsible Statecraft**. Abr/2024.

Disponível em: <https://responsiblestatecraft.org/weapons-japan/>. Acesso em: 10 abr. 2024.

SURI, Navdeep. Et al. the BRICS Summit 2023: Seeking an Alternative World Order?.

Council of Councils. Ago/ 2023. Disponível em:

<https://www.cfr.org/councilofcouncils/global-memos/brics-summit-2023-seeking-alternate-world-order>. Acesso em: 20 abr. 2024.

THE ECONOMIST. **The BRICS are expanding**. Disponível em:

https://www.economist.com/the-world-ahead/2023/11/13/the-brics-are-expanding?utm_medium=cpc.adword.pd&utm_source=google&ppccampaignID=19495686130&ppcadID=&utm_campaign=a.22brand_pmax&utm_content=conversion.direct-response.anonymous&gad_source=1&gclid=CjwKCAjww_iwBhApEiwAuG6ccLWxPnN21dxqNxUrUo-P_R9WA7TvFD_q0oStsRXjEZt_1ilqIj4OxRoClbIQAvD_BwE&gclsrc=aw.ds. Acesso em: 19 abr. 2024.

THE WORLD BANK GROUP. **World development indicators 2021**. Disponível em:

<https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>. Acesso em: 13 abr. 2024.

THE WORLD BANK. **Oil rents (% of GDP)- United Arab Emirates**. Disponível em:

<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PETR.RT.ZS?end=2021&locations=AE&start=1975&view=chart>. Acesso em: 14 abr. 2024.

UNITED STATES AGENCY INTERNATIONAL DEVELOPMENT (USAID). **Ethiopia**

Economic Growth and Trade. Disponível em: <https://www.usaid.gov/ethiopia/economic-growth-and-trade>. Acesso em: 15 abr. 2024.

UOL CULTURA. **Além de Israel: cinco países que estão em guerra em 2023**. Disponível

em: https://cultura.uol.com.br/noticias/62185_alem-de-israel-quatro-paises-que-estao-em-guerra-em-2023.html. Acesso em: 03 nov. 2023.

UOL. **Presidente dos Emirados Árabes Unidos nomeia filho mais velho príncipe herdeiro**

de Abu Dhabi. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2023/03/30/presidente-dos-emirados-arabes-unidos-nomeia-filho-mais-velho-principe-herdeiro-de-abu-dhabi.htm>. Acesso em: 06 nov. 2023.

VALOR ECONÔMICO. **BRICS ganha novos países-membros em 2024**. Disponível em:

<https://valor.globo.com/mundo/noticia/2024/01/03/novos-membros-brics-2024.ghtml>. Acesso em 16 abr. 2024.